



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE OLIVEIRA DO HOSPITAL, REALIZADA NO
DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E
DEZ.

Aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dez, pelas dezasseis horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. António dos Santos Lopes.

Aberta a sessão, foi feita a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontravam ausentes o Sr. Dr. José António Madeira Dias, a Sra. Dra. Ana Paula Ferreira Nobre, o Sr. Prof. Francisco Borges Garcia, o Sr. Engº Carlos Augusto Inácio da Fonseca, o Sr. Engº Rafael Sousa Costa – que solicitou a suspensão do mandato por um período de dois meses – e o Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, tendo sido substituídos pelo Sr. Prof. Nelson Nunes Ribeiro, o Sr. António Francisco Martins Pais, o Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, a Sra. D. Cláudia Sofia Borges Carvalho, a Sra. Dra. Andreia Sofia Ribeiro Lopes Vaz Pato e o Sr. Engº António Pedro de Oliveira Ribeiro Campos, respectivamente. O Sr. Aristides Gonçalves da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Avô, fez-se substituir pelo Sr. Carlos Alberto Conceição Rodrigues. O Sr. Luís Tavares Pereira de Sousa também esteve ausente, tendo solicitado a justificação da sua falta, o que lhe foi deferido. Também se encontrava ausente o Sr. Carlos Alberto de Brito Folques, que não justificou a sua falta, pelo que lhe foi considerada injustificada.

Encontravam-se presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os Srs. Vereadores José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, fazia parte a seguinte Ordem do dia:

I – Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.

II – Eleição, nos termos do artigo 11º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, de membros suplentes da Assembleia Municipal para fazerem parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte.

III – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2011/2014 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2011, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de Setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento.

Iniciado o período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos. Antes de mais, boa tarde a todos. Cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, os restantes membros da Mesa, os Srs. Presidentes



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das Juntas, os Srs. Deputados, os Srs. jornalistas e estimados munícipes. Permito-me que me congratule, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal – que penso que interpreto a vontade de todos –, cumprimentar a Sra. Deputada Dulce Pássaro, que hoje nos honra aqui com a sua presença e que honra esta Assembleia com as elevadas responsabilidades que tem na governação do País, o que, naturalmente, nos enche de satisfação e orgulho.

Temos três actas para aprovar. Todas elas foram aprovadas em minuta. Quero pedir desculpa por duas delas só agora serem entregues. Com os trabalhos do Orçamento e outros, houve alguma dificuldade. Como me competia, já exerci a minha magistratura de influência no sentido, tal como se dizia aqui antes, quando estávamos noutras funções, do prazo dos documentos. Não mudámos de ideias porque mudámos de cadeira. Já fizemos a recomendação de que, efectivamente, seria bom que os documentos chegassem aprazados o máximo possível, embora seja compreensível com esta situação do Orçamento. Já tive o cuidado de fazer esse reparo, para conhecimento da Assembleia.

De qualquer forma, se alguém quiser fazer algum reparo sobre as actas, faça o favor. Ou, como nos documentos era dito que era só na próxima Assembleia, se assim o entenderem, podemos discutir as actas na próxima sessão. Mas também não vejo lá qualquer assunto que nos possa pôr a discutir muito.

Posto isto: segundo o Regimento, o público fala no fim. De qualquer forma, está aqui uma munícipe que gostava de dirigir umas palavras à Assembleia. E, para não ficar aqui o tempo todo à espera, se não vissem inconveniente – e é um precedente que já cá foi aberto – eu dava a palavra à munícipe para expor o que “lhe vai na alma” e, depois, entrávamos então na ordem de trabalhos.”

Considerando que ninguém se opôs à proposta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a Sra. Dra. Isilda Maria Mendes Cordeiro tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“É a primeira vez que me dirijo a este órgão e faço-o hoje no uso de um dos direitos que a Constituição me consagra: o direito à indignação. Porque, na sequência da perseguição de que tenho sido alvo durante mais de dez anos pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, mais propriamente na pessoa do seu Presidente e alguns colaboradores, que colmatou com a aplicação de uma pena de aposentação compulsiva em processo disciplinar, a minha vida foi transformada num inferno, levando-me a um estado de indignação constante.

Porque compete à Assembleia Municipal fiscalizar a actividade da Câmara;

porque a situação em que esta me deixou se traduz num verdadeiro atentado aos Direitos do Homem e principalmente à minha esfera individual, quer a nível económico, quer a nível psicológico, dificultando-me, assim, o recurso aos tribunais para fazer valer os meus direitos;

porque não tenho poder económico para suportar os pagamentos das inúmeras certidões que necessitaria solicitar à Câmara para instruir processos para remeter aos tribunais e ainda,

porque o tempo para esta intervenção está limitado a cinco minutos, nos termos do Regulamento,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entrego à Assembleia Municipal estes documentos, prova inequívoca da forma como se viola o princípio da igualdade e de como o concelho e, conseqüentemente, o erário público, têm sido lesados, solicitando para os mesmos a melhor atenção, dentro das atribuições e competências legalmente conferidas a este órgão.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra:

“Esta munícipe teve o cuidado de me fazer chegar estes documentos previamente. Não me parece que tenhamos competência para analisar de momento esta situação. A Mesa da Assembleia recebe os documentos. Vai estudá-los. Vai encaminhá-los para onde for necessário porque também já tenho conhecimento que a Câmara tem estado a analisar a situação. E, aquilo que for entendido, de acordo com os juristas, será dado o tratamento que a situação merecer.”

Ainda no período de Intervenção do Público, o Sr. Fernando Andrade pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Venho aqui na qualidade de pertencer ao Movimento “Salvem Alvôco das Várzeas” e é a primeira vez que me dirijo a esta Assembleia e é com prazer que o faço. Antes de mais nada, quero cumprimentar todos os presentes, começando pelo Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente da Assembleia, os Srs. Presidentes de Junta, os Srs. Vereadores, os Srs. Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores.

O que me traz cá é o acreditar que poderá estar a ser feito um “atentado” à minha aldeia, paisagístico, que poderá ficar na história de um erro que, mais tarde, nos podemos vir todos a arrepender. E, um dia mais tarde, passar por lá e dizermos: “*realmente, eles tinham razão e não se devia ter feito esta obra*”. Porque, no meu entender e no dos meus conterrâneos que estão envolvidos neste movimento, achamos que a E.T.A.R. que está a ser construída, e que neste momento tem a obra parada por iniciativa do Sr. Presidente da Câmara para analisar a situação, pode-me vir envergonhar a mim e aos meus descendentes. Porque entendo que é um atentado paisagístico à minha aldeia porque é colocada – como eu costumo dizer – na minha sala de visitas. Eu quero vir apelar a todos os presentes para pensarem melhor, para as entidades competentes que estão aqui repensarem melhor aquela obra mais uma vez. Inclusivamente, já foram feitos estudos pelo nosso Movimento, que apontam que é possível, por queda gravítica, o esgoto ir para o local que nós apontamos como o mais conveniente, ao contrário do estudo apresentado pela empresa Águas do Zêzere e Côa. É esse o apelo que venho fazer a esta Assembleia: para que nos ajudem a que aquela obra seja deslocada para que, mais uma vez, – e repito – mais tarde não nos venhamos todos a arrepender. Porque já foram feitos alguns “atentados” à paisagem naquela terra e, como todos sabem, o futuro da nossa zona é um futuro turístico porque, no meu entender, é para aí que nós devemos apontar para chamar pessoas para virem fazer turismo ecológico, como acontece na freguesia próxima do Piódão. E nós temos que trabalhar nesse sentido. Era esse apelo que eu vinha aqui fazer a todos.”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Fica feito o registo. Como sabem, este assunto anda a ser debatido com a Câmara e outras entidades. O Sr. Presidente da Câmara, no período da Ordem do Dia, dará a resposta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque admito que possa haver mais debate por parte dos membros da Assembleia. O Sr. Presidente, em tempo útil, dará a sua posição sobre este assunto.”

Seguidamente, foram feitas as inscrições para as intervenções do período Antes da Ordem do Dia, tendo sido dada a palavra à Sra. Eng^a Dulce Fidalgo Álvaro Pássaro:

“Pedi a palavra apenas para, de certa forma, explicar o porquê da minha vinda aqui hoje e também para vos dar uma satisfação relativamente ao que penso fazer futuramente no que respeita à minha participação neste cargo para o qual fui eleita.

O que gostaria de vos transmitir é o seguinte: embora, segundo o que fui informada, não exista qualquer incompatibilidade entre o lugar de deputada municipal e o exercício de funções governativas, eu considero – e fui de alguma forma aconselhada – que, não existindo incompatibilidade legal, do ponto de vista formal, não me sinto inteiramente à vontade para o desempenho das duas funções. Porque o exercício da função ministerial, embora seja um governo com suporte de uma área partidária, deve ter uma postura de equidistância relativamente a todas as áreas. Até já me deu para perceber, pelas curtas intervenções que aqui ouvi hoje, que se podem criar situações de alguma complexidade para eu gerir na dupla função de deputada municipal e de ministra com a tutela de determinadas áreas.

Portanto, eu vim hoje para tomar posse mas eu vou renunciar ao meu mandato. Serei substituída de acordo com o que o Regulamento prevê. Sobre isso, eu também queria dizer o seguinte: gostei muito de exercer a função de deputada municipal durante vários mandatos. Para mim, foi importante. Eu nasci aqui, sou daqui mas, por uma série de circunstâncias, a pessoa vai-se distanciando, às vezes, do que é a globalidade dos problemas da sua terra. E foi com o exercício destas funções que eu voltar a reaproximar-me. Foi importante, reforcei laços pessoais e apercebi-me mais de realidades que são muito importantes, também para o desenvolvimento das minhas actuais funções. Porque penso que é fundamental que tenhamos contacto com as regiões e com os problemas das regiões. E eu considero que o exercício do poder autárquico é absolutamente fundamental na nossa democracia. É a base, é o sustentáculo. E eu favoreço especialmente os contactos com todos os autarcas e tenho muitas solicitações por parte de autarcas para tratar de variadíssimos assuntos. E eu considero uma área privilegiada porque é através do contacto com os autarcas que eu me apercebo da globalidade dos problemas.

Também nos vos escondo que me é difícil... Eu procurei, ao longo dos anteriores mandatos, ser uma deputada municipal com um nível de assiduidade satisfatório. E eu não tenho, por razões da minha actual função, condições de assegurar essa participação. Portanto, acho que alguém que me substitua fará concerteza mais e melhor pelo concelho.

Era esta satisfação que eu gostava de vos dar e desejar a todos muito bom trabalho em prol do nosso concelho, podendo, obviamente, contar comigo exactamente como até aqui. Eu diria até, às vezes como elemento de ligação com outras áreas, com mais potencial do que até aqui.”

Depois, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra:

“Sentimo-nos muito honrados com a presença da Sra. Eng^a mas também somos capazes de compreender as razões aduzidas. Muito obrigado.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raul Dinis:

“Aqueles que me conhecem sabem que o meu padrão de imparcialidade, tanto nos anteriores mandatos como neste – vou procurar mantê-lo – e como tenho, em anteriores mandatos, elogiado algumas situações e criticando outras que estão menos bem, também não posso deixar de o fazer com este Executivo.

Eu queria realçar algumas medidas e algumas acções que foram feitas por este Executivo neste primeiro ano de mandato. Gostaria de salientar aqui três ou quatro situações.

A primeira é a abertura e a facilidade de comunicação, quer com todos os munícipes, quer com os Presidentes de Junta, que este Executivo tem mantido. Tem havido aqui diálogo e abertura deste Executivo e tem sido fácil a toda a gente manter essa comunicação com o Executivo. Isso é bastante positivo e acho que é um caminho que devem continuar a trilhar.

Outra situação é a forma bastante positiva, e que acho que vai ser profícua, como o Sr. Presidente e o Executivo tem procurado o relacionamento com as diversas entidades estatais. Pensamos que tem sido uma dinâmica bastante grande nesse aspecto, procurando fazer bastantes contactos e trazer alguns apoios. É uma linha que devem continuar a trilhar, trazendo o máximo que puderem para o nosso concelho.

Ainda há outra situação que não se verificava há muito tempo e que é a divulgação do concelho e do nome de Oliveira do Hospital. Penso que isso foi conseguido através de vários eventos que foram feitos durante este ano. Podemos lembrar aqui alguns: o Verão Total, a Volta a Portugal em Bicicleta. E isso é bom porque, além do nome de Oliveira do Hospital sair para o exterior, traz algum movimento e, conseqüentemente, traz alguma melhoria e algum movimento ao comércio local.

Também há uma série de obras que estão lançadas e que julgo serem importantes. Umhas estão a iniciar, outras estão lançadas e isso também é importante.

Há um outro aspecto que pode não dar frutos imediatos mas que julgo que, a médio prazo, irá ser muito bom para Oliveira do Hospital. É a criação da Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro. Acho que é uma acção importantíssima para o desenvolvimento do concelho.

Recentemente foi anunciada que ia reiniciar, depois de quinze ou dezasseis anos, a Feira do Gado. Há quem não goste muito destas coisas mas eu penso que é importante para a economia. Acho que, em termos da parte rural, quem faz a sua criação, poderá, dentro do que a lei determina, ter mais algum espaço para poderem fazer o seu comércio e para melhorar a sua economia.

Por último, queria felicitar o Executivo por estas acções. Julgo que é este o caminho a seguir e penso que estão no bom caminho.”

Interveio, depois, a Sra. Dra. Luísa Vales:

“O Grupo Oliveira do Hospital Sempre quer manifestar o seu desagrado pelo facto da documentação de suporte à ordem de trabalhos desta reunião, não ter sido enviada atempadamente, constituindo, na nossa óptica, um verdadeiro constrangimento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tal facto, dificulta a leitura e análise dos referidos documentos e pode, de facto, comprometer inclusive as respectivas intervenções ou participações nesta Assembleia.

Importa referir que o nosso colega Engenheiro Rafael já mencionou este problema noutras reuniões e solicitamos mais uma vez ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que tome as necessárias providências, para que a documentação seja enviada em tempo útil, para facilitar o nosso acesso à mesma e permitir o cumprimento e exercício dos nossos direitos de cidadania, com mais rigor e consciência.

Também queria aproveitar esta oportunidade para agradecer, em nome da minha Família, o voto de pesar que foi expresso na última reunião pela morte do meu irmão Francisco.”

Seguidamente, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tomou a palavra:

“Como já tinha dito, sou sensível a esta questão. Não fazia nenhum sentido que eu fosse um crítico antigamente e não fosse agora tanto. Aliás, nos documentos foi dito que estas actas não iam entregues e eu questionei bastante para que elas fossem entregues hoje e foram. Portanto, acho que essa crítica é justíssima e, como disse, fiz os devidos reparos. Mas, por questões de Orçamento e outras, não foi possível. Por isso, eu pedi para, dentro das disponibilidades, ser relevado. Mas compreendo e aceito, que a crítica é justíssima.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que fez a seguinte intervenção:

“Finalmente, começaram as obras da E.T.A.R. de Meruge. Durante estes anos todos, foi-nos sempre dito que só era possível resolver questões de saneamento que temos lá quando se iniciassem as obras da E.T.A.R.. Isto porque não dava quota para as fossas sépticas e teriam que ser enviadas no tubo que vai levar os resíduos para a E.T.A.R.. Isso verifica-se desde a entrada de Nogueirinha até Meruge. No Bairro da Mata da Joana e no Bairro Novo. E, em Nogueirinha, é no Bairro da Igreja e no Bairro da Tapada.

Normalmente costuma dizer-se que, depois das obras concluídas é que se deviam começar para remediar estes casos. E eu venho já aqui perante o Sr. Presidente da Câmara dizer que estou disponível para quando quiserem fazer uma visita com os técnicos das Águas do Zêzere e Côa, com os técnicos da Câmara Municipal, para, no local, podermos ver bem as coisas que é para, depois, no fim da obra estar concluída, todos dizermos numa única voz que a obra está bem feita e que não tem reparos a fazer.”

Interveio, depois, o Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves:

“O que me traz hoje aqui, em primeiro lugar e em nome da Irmandade de Santa Ana, era dar conhecimento e agradecer à Câmara o facto de já ter sido feita a escritura daquela parcela de terreno que a Câmara decidiu atribuir à Irmandade. Queríamos-nos congratular por isso porque, para além do mais, fica a Irmandade valorizada, temos possibilidades de avançar com outras obras e com outra dignidade para a própria Irmandade e para a terra, porque aquilo é património público uma vez que está ao serviço de todos.

Outra coisa, a propósito: se fôr possível, a Câmara, no próximo ano, não faça coincidir a EXPOH com a mesma semana em que se celebram as Festas de Santa Ana. Porque, apesar



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de não prejudicar nada em termos religiosos, há uma colisão, um conflito latente. E, para que as pessoas não digam que há aqui alguma má vontade em relação à religiosidade nesta terra – que não há, pelo contrário – era de bom-senso que se marcasse para outra altura. Isto se fôr possível, os Srs. é que sabem.

Outro assunto que me traz aqui é o seguinte: na Assembleia realizada em Fevereiro, eu pus aqui o problema do nosso caminho, da Rua Prof. Doutor Pina Martins. Há algum tempo, levei lá o Sr. Carlos Mendes para ver como estava a situação. Acontece que, desde Fevereiro até agora, só lá foi colocada meia dúzia de pás de alcatrão nos buracos mais fundos mas os cabeços ficaram todos iguais. A situação hoje, com o Inverno, está mais degradada do que estava antes, em Fevereiro, porque tinha passado o Inverno. Agora, já estamos quase a passar outro Inverno e a situação permanece igual, ou melhor, permanece pior do que estava antes.

Depois, pedia a atenção para o seguinte: já não falo no problema do saneamento do qual, na altura, apresentei aqui um croqui das casas que não tinham saneamento, mas queria perguntar ao Sr. Presidente se já tinha sido feito algum estudo ou se não tinha sido feito nada sobre o prolongamento da rede de esgoto naquela zona. E já não falo do problema da Rua Dr. Virgílio Ferreira, que vejo projectada para dois mil e doze, dois mil e treze, porque a verba que está prevista para dois mil e onze não dá para fazer absolutamente nada, em termos objectivos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“Começo pelos assuntos mais actuais e, como tal, gostaria, desde já, congratular-me com as excelentes iniciativas de rua que este Executivo levará a efeito durante esta época natalícia, com o intuito principal de atrair pessoas de fora à nossa cidade, a fim de aqui fazerem as suas compras de Natal e, como tal, no nosso comércio local. Já para não falar que, em termos de lazer e entretenimento, são estas uma mais valia, principalmente para as crianças e jovens, e que em muito contribuem para o espírito familiar e, neste caso, natalício.

Como parceiro desta iniciativa, em conjunto com o Contrato Local de Desenvolvimento Social e o Município de Oliveira do Hospital, quero também congratular-me com o sucesso da campanha “Pirâmide de Natal Solidário”, direccionado ao apoio das famílias mais carenciadas, principalmente crianças e idosos, e em que, ao longo de dois dias, a população do concelho de Oliveira do Hospital mais uma vez demonstrou que, quando toca a acções de sensibilização e apoio ao próximo, marcam sempre presença e reagem de uma forma sempre, também ela, positiva. Daí que esta acção permitiu ao Banco de Recursos Sociais do Município angariar centenas de quilos e litros de géneros alimentícios que, neste momento, são deveras essenciais ao apoio social.

Depois de um grande processo burocrático mas que em nada o fez desistir, quero dar os parabéns ao Prof. José Carlos Alexandrino pelo ponto final e de forma positiva em relação ao processo HBC.

Por fim, uma questão de ordem pessoal mas que, conscientemente me obrigou a trazê-la aqui: porque as nossas vidas são mais do que um simples acto político, gostaria de, neste momento, deixar uma mensagem de conforto e de solidariedade pelo momento delicado e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

difícil emocionalmente que o Prof. Mário Alves e respectiva família atravessam, esperando que, dentro do possível, esta situação seja ultrapassada.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Eng^o José Vasco Lencastre que fez a seguinte intervenção:

“Eu, em nome do Grupo Oliveira do Hospital Sempre, trago mais uma vez a questão da E.T.A.R. de Alvôco das Várzeas. Depois de termos passado por várias vicissitudes – a obra tem estado parada, como todos sabem – chegou-nos ao conhecimento que foi feito um estudo onde se comprova que é possível deslocalizar essa E.T.A.R. para a Regada sem que sejam necessárias estações elevatórias. Isso faz com que o preço – que tem sido um argumento usado pelo Sr. Presidente da Câmara e pelas Águas do Zêzere e Côa – seja mais barato, que o custo dessa E.T.A.R. seja mais barato do que estar a fazer uma E.T.A.R. melhorada no local onde a pretendem vir a construir. Isto para não falar de toda as questões que temos vindo a defender, relacionadas com paisagem, com proximidade de uma praia fluvial, de um caminho pedonal, casas, etc.

Portanto, eu, mais uma vez, gostava de apelar ao bom-senso do Sr. Presidente da Câmara para interferir nesta situação e, de uma vez por todas, resolvermos este problema. Porque eu tenho a certeza que o Sr. Presidente da Câmara, se estivesse no nosso lugar, também estaria a fazer o mesmo. Sabemos que não foi uma decisão do Sr. Presidente da Câmara mas cabe-lhe a ele, neste momento, e às Águas do Zêzere e Côa, resolver isto de uma vez por todas. E, de uma vez por todas, deslocalizar aquela E.T.A.R. porque aquela E.T.A.R., construída naquele local – como já aqui foi dito hoje – vai ser um grave atentado à paisagem do qual não nos vamos orgulhar e nos vamos arrepender.

Por isso mesmo, mais uma vez, peço a sua intervenção.”

Depois, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho Marques:

“Inevitavelmente, eu tinha que vir aqui falar da E.T.A.R. de Alvôco das Várzeas. Eu, hoje, sinto-me um bocadinho orgulhoso porque há mais um munícipe da minha terra que veio aqui reivindicar e muito bem. Eu espero que, quando precisarmos de reivindicar outras coisas, sei que tenho quem me acompanhe, quem me ajude a reivindicar.

Mas, em relação à E.T.A.R., vou falar do caminho até catorze de Setembro, quando foi feita a primeira reunião. Nesta reunião, apareceu um grupo do Movimento de Cidadãos “Salvem Alvôco” e nós, Junta de Freguesia, Presidente da Câmara e Águas do Zêzere e Côa, tivemos o bom-senso de parar e analisar se havia ou não condições para continuar ou para modificarmos e pormos a E.T.A.R. noutra local. Foram feitos vários estudos. Tivemos outra reunião, salvo erro em vinte e cinco de Outubro, com um gabinete que as Águas do Zêzere e Côa contrataram, e chegaram à conclusão que não havia grandes possibilidades de haver deslocalização.

Vou dizer-vos com sinceridade: este grupo de cidadãos que apareceu, eu nunca os encontrei com muito boa ideia de consenso. Foi mais com uma ideia dominante e vou explicar porquê. Há quinze dias, três semanas, recebia telefonemas todos os dias e disseram-me que estavam a fazer um estudo e que me iam chamar para mo mostrarem e para vermos que havia



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma melhor solução para resolver o problema e que era passar pelas partes da Regada.

Como eu disse a essa pessoa – que é o Fernando Andrade, que veio aqui falar – *“nós estamos sempre atentos e estamos prontos para discutir esta situação”*.

Simplesmente, fizeram um estudo, levaram às Águas do Zêzere e Côa, levaram à Câmara, fizeram outras reuniões, e o Presidente da Junta nunca foi chamado, sequer. Penso que, por uma questão de bom-senso, por uma questão de democracia, devia ter sido chamado o Presidente e ter-lhe sido dito *“está aqui o estudo, vamos apresentá-lo e vamos ver se fazemos as coisas na melhor situação.”* Só que nunca me foi dito nada. Eu penso que foi porque eu disse-lhes – segundo alguns engenheiros que foram ver a situação – que a deslocalização para a Regada, além de atravessar terrenos alagáveis, atravessa três linhas de água. E o engenheiro disse-me que era impensável atravessar três linhas de água com um emissário. Era impensável. Nós teríamos muito gosto em deslocalizá-la dali. Eu também penso que a E.T.A.R., feita na Regada... E uma coisa que eu soube hoje, que não necessita do melhoramento que está previsto, eu acho muito mal porque o melhoramento é para jusante de onde está a E.T.A.R.. Não é só para montante de onde a E.T.A.R. está. Estes melhoramentos é uma reivindicação de nós não devíamos, nunca, desistir.

Eu penso que, na Regada, também tem um impacto ambiental e paisagístico porque a Regada também é uma várzea. Não se nota tanto porque é mais florestada.

Mas, se foi prometido que a E.T.A.R., feita nos moldes em que está, na Solução C, não vai ter muitos impactos. Terá menos impactos do que têm outras construções que foram lá feitas, que estão lá e que são uma aberração.

Quería dizer ao Sr. Presidente da Câmara que nos ajude a solucionar o problema. A preocupação da população é esta: andamos há quinze anos à espera de se fazer uma E.T.A.R.. Queremos a E.T.A.R. construída porque vem o Verão e temos aquela imundice e aqueles cheiros das fossas a deitar fora. Nós queremos é a E.T.A.R. construída. Já nos foi dito que, fazendo novo projecto, fazendo a deslocalização, não teremos que esperar mais meia dúzia de anos, segundo o que nos foi dito.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Rui Abrantes que fez a seguinte intervenção:

“Gostava também, naturalmente, de lamentar e de me associar à intervenção do Grupo OH Sempre. Lamentar o atraso no envio desta convocatória e também da documentação relativa a esta Assembleia. O Regimento fala em dez dias. Tudo muito bem, que não fossem dez dias mas oito dias. Como diria o Sr. Rodrigues Gonçalves anteriormente, pelo menos no fim-de-semana anterior à realização da Assembleia Municipal, para mais facilmente podermos intervir.

Depois, queria falar desta época natalícia e, podendo parecer que moro numa cidade diferente da do Nuno Oliveira, na realidade vou fazer uma intervenção exactamente contrária ao que ele disse. Porque, iluminação de Natal, ainda não vimos. Parece-me que hoje, dia dezassete de Dezembro, andam a colocá-la. Em relação ao comércio local, onde as pessoas iriam fazer as suas compras, vai haver um sorteio. Vimos umas tarjas que foram colocadas no dia treze de Dezembro com a informação de que as compras para o sorteio podiam ter sido começadas a fazer no dia dez de Dezembro e que iria até ao dia nove de Janeiro. É certo que,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

noutras cidades, a época natalícia começa a quinze de Novembro ou, pelo menos, a um de Dezembro. Em Oliveira do Hospital começa no dia dez de Dezembro, perdendo logo os dois primeiros feriados do mês. Não sei se foi por atraso ou se foi programado dessa forma.

Depois, parece-me que a atribuição daqueles prémios não é clara porque fala que o primeiro prémio são três estadias num hotel, que o segundo prémio são três estadias noutra hotel e que o terceiro prémio são mais três estadias noutra hotel. Não sei se tem custos para a Câmara ou não. Provavelmente não terá porque aparece o logo da empresa que, eventualmente, os terá oferecido, daí estar lá a publicidade dessa empresa. Isto é uma dedução que eu faço, não sei se é assim ou não. Mas gostava de pedir esse esclarecimento ao Sr. Presidente: três estadias é o quê? Podem ir três pessoas? Três noites? Três vezes durante o ano? Não é claro. Não sei se há algum regulamento. Provavelmente, haverá, mas não será do conhecimento do público em geral, que faz essas tais compras.

Outra questão: hoje apercebi-me que está a ser montada uma pista de gelo na famosa “eira”. Não sei se aquilo vai levar uma cobertura. Provavelmente, virá chuva. Não sei se, na altura, poderá ser utilizada mesmo com chuva. Não sei se o gelo, com o sol, derrete. Pareceu-me que foi uma coisa que apareceu extemporaneamente, sem ninguém estar à espera e que ninguém sabe o que é. Acho que uma iniciativa daquele género é de louvar mas deve-se publicitar. Provavelmente, aquilo tem como alvo as crianças e, se tivesse surgido ainda durante o período escolar, podia ter sido organizada, pelos Agrupamentos, a vinda dessas mesmas crianças a esta pista. Sabendo nós que elas são um motor e um veículo importante de comunicação com os pais, levavam para casa a ideia e, no fim-de-semana, viriam então à cidade com os pais e os pais fariam as tais compras de que falamos e que o comércio local precisa.

Também queria lembrar o Sr. Presidente de algo: há cerca de um ano, lancei-lhe um desafio. Vimos que muitas cidades aqui à volta – sedes de concelho – têm uma dificuldade enorme em arranjar um pinheiro de Natal. Então, constroem estruturas metálicas, com lâmpadas, estruturas caras. E nós, em Oliveira, temos uma situação privilegiada, que já muita gente deu conta, naturalmente. Temos dois pinheiros enormes, no centro da cidade, que já há muitos anos que não são decorados. Já no Executivo anterior reivindicava isso. Acho que um dos símbolos do Natal é o pinheiro. E lembro-me perfeitamente, quando era criança e vínhamos da Catraia, já víamos aquele pinheiro de Natal. Acho que o pinheiro de Natal, por si só, não chama ninguém. Mas, se fizéssemos uma projecção, pelo menos ao nível regional, distrital, do maior pinheiro de Natal natural, provavelmente seria notícia. E, se calhar, não era preciso com muitas lâmpadas. E, se quiséssemos bater um *record*: cinco mil lâmpadas, dez mil, duzentas mil, fosse o que fosse. Fica novamente esse apelo, esse alerta. Penso que é uma coisa simples.

Gostava também de lembrar aqui e de questionar o Sr. Presidente em relação à temática do Café Central. Tenho ouvido na rua, as pessoas falam: o Sr. que lá está paga as rendas? Vai pagar? Deve ou não deve? Há acordo ou não há acordo? Vão perdoar rendas ou não vão perdoar? Gostava de saber qual é o ponto de situação e perguntar-lhe, claramente e directamente se, caso o explorador do espaço fosse outro, se a atitude da Câmara era a mesma ou não.”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interveio, depois, o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Eu queria começar por me regozijar pelo facto da Sra. Eng^a Dulce Pássaro hoje estar aqui connosco. Aceitamos a justificação mas, de facto, lamentamos não poder continuar aqui com ela porque era, decerto, um valor acrescentado nas nossas sessões.

Já na qualidade de Sra. Ministra do Ambiente, tenho que lhe dar os parabéns pela forma proficiente, a meu ver, como está a exercer o cargo, honrando o nosso concelho, esta Assembleia e o País.

Queria referir um facto que aconteceu há muito pouco tempo neste concelho e que, eventualmente, ainda não vimos a dimensão que ele pode vir a ter. Estou a referir-me concretamente à criação da Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro. O Sr. Raúl já referiu isso mas eu acho que isto é muito, muito importante. Desde logo, nós notámos uma grande eficiência na apresentação desta plataforma. A cerimónia – para aqueles que não estiveram presentes – teve a presença do Sr. Secretário de Estado da Floresta e do Sr. Secretário de Estado da Energia e da Inovação. De facto, logo desde esse dia ficámos com uma ideia muito positiva de tudo quanto pode ser feito. O povo costuma dizer “não há segunda oportunidade para mostrar uma primeira impressão” e, de facto, nós ficámos com uma muito boa impressão, desde logo, da apresentação. Mas também do ponto de vista substancial me parece que é o futuro deste concelho. Sendo o financiamento da parte da Secretaria de Estado das Florestas e da Câmara Municipal, o acordo de cooperação com entidades como a GALP Energia, Sonae Indústria, Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro, Instituto Politécnico de Coimbra, Universidade de Bilbao, e outras entidades das quais destacaria a Biocant que é, como sabem, uma empresa de alta tecnologia da nossa região. Portanto, eu diria que estão criadas as condições tão faladas para que a investigação e a inovação se possam implantar na nossa região.

Espera-se, agora, que o projecto Biorefina, com intervenção na área da floresta, agricultura, energias renováveis, turismo, possa trazer um valor acrescentado que o País precisa e que esta região, por maioria de razão, também precisa. Como disse o Sr. Secretário da Energia e o responsável pelo projecto, o Paulo Serra e Silva, agora é preciso começar a produzir resultados a curto prazo, até para evitar que comecem a aparecer alguns “velhos do Restelo” que, como é hábito, aparecem nestas circunstâncias.

Eu recordo, a este propósito, que nós vivemos numa área geográfica conservadora, assumamos isto. Aliás, num País conservador. Todos nós achamos muito bem as ideias que nos ensinam quando somos pequenos e, depois, batemo-nos por elas sem aferir se são as mais correctas. Eu recordo – para dar só dois ou três exemplos – que, há quinhentos anos, quando Portugal se afirmou no mundo pela primeira vez, foi preciso que aparecesse um rei improvável para que Portugal fizesse a opção por mar em vez da opção por África.

Depois, por volta de mil oitocentos e dez, voltou a acontecer a mesma coisa. Foi preciso aproveitar a ausência do rei no Brasil para afirmar um regime político moderno, com divisão de poderes, como foi o que aconteceu em mil oitocentos e vinte.

Depois, claro, vieram os “velhos do Restelo” com D. Miguel e com o revirvalho e por aí fora. Há cem anos, com os erros da República, justificaram-se esses erros para vivermos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais quarenta e tal anos em regime retrógrado. Agora que sonhámos com a Europa coesa, digna, justa, solidária – que, aliás, era o espírito de Robert Schuman e de Jean Monnet –, agora temos o capitalismo financeiro a capturar os dirigentes europeus. Estamos de novo em dificuldades, que não são as que se ouvem na comunicação social, não se iludam. Portugal não tem problemas económicos. A Europa tem grandes problemas financeiros e querem obrigar-nos a pagar por eles.

Por isso, eu regresso ao que comecei por dizer: temos que nos virar para dentro de nós próprios, apostar em novas áreas no País, no interior, e deixarmos de ser “velhos do Restelo” porque nós vamos vencer estas dificuldades. Esta Plataforma pode vir a ser muito útil na afirmação de áreas específicas da região, que se podem impor no País, no futuro, pela inovação que nos promete. Sobretudo pela inovação. Fica o crédito ao Executivo camarário e ao Sr. Engº António Campos – é justo que lhe dediquemos aqui uma palavra – pelo projecto que, estou certo, vai dar os melhores resultados.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Prof. João Dinis, que entrou depois das inscrições para o período Antes da Ordem do Dia, tendo feito a seguinte intervenção:

“Agradeço, de facto, esta oportunidade. Apesar de ter tentado tudo para chegar mais cedo, não consegui. Eu não vou aqui referir e citar o que o Dr. Rodrigues Gonçalves, em anteriores períodos da Assembleia Municipal, dizia acerca das sessões das sextas-feiras. Não é necessário. Apesar de tudo, o bom-senso prevalece. Eu agradeço e espero que, naturalmente, isto não seja concedido apenas por ser a CDU. Não tenho essa pretensão. Qualquer membro da Assembleia Municipal que, no futuro, necessite de idêntico tratamento, naturalmente que a Mesa fará essa concessão. Embora, em rigor, o possa não fazer, se assim decidir.

Começava por me congratular, em meu nome pessoal e em nome do PCP, pela homenagem que o Município, o actual Executivo e o Presidente da Assembleia Municipal – também teve participação directa nisto – vai amanhã fazer a Lopes-Graça, com a vinda, a uma actuação à noite, do Coro Lopes-Graça. Congratulo-me por, finalmente, o Município, na sequência de uma decisão de há uns anos atrás da Assembleia Municipal, estar agora a fazer essa homenagem. Pelo menos, parte. Poderemos dizer que nem necessitaria de me congratular, que era um acto normal em democracia. Há uma deliberação aprovada pela Assembleia Municipal e o Executivo deve cumpri-la. Mas, desejo também assinalar que o anterior Executivo, de uma forma anti-democrática, não o fez. Normalmente, elas cá se fazem, cá se pagam. Normalmente, nem sempre. Congratulo-me com isso e creio que também o devo fazer por amanhã me ser impossível cá estar, por motivos da minha actividade profissional e da minha estrita responsabilidade. Aliás, eu transmiti isso à Sra. Vereadora quando, nesta semana, ela me disse da data e da homenagem a Lopes-Graça. Que pena, mas é-me impossível. Desejo também esclarecer isso. Fica aqui assinalada esta congratulação inequívoca minha e do PCP.

Ainda também do ponto de vista de congratulações, quero congratular-me pelo reinício da Feira Mensal do Gado e lembrar que tantas vezes eu aqui falei nisto nos últimos anos. Também já sei que o anterior Executivo tinha lançado a hipótese que, creio, se veio a consumir, e faço votos para que vingue, embora as dificuldades dos pastores e dos produtores



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pecuários sejam cada vez maiores, nomeadamente se não fôr prorrogado – Sra. Ministra do Ambiente, desculpe interpelá-la directamente – o prazo do licenciamento pecuário, que está previsto para trinta e um deste mês de Dezembro. Este prazo, ou é prorrogado ou se elimina, por essa via, mais de oitenta por cento da produção pecuária nacional. Ao que me dizem, é o Ministério do Ambiente que está mais renitente nessa prorrogação. Isto a “atalho de foice” e porque Oliveira do Hospital retomou essa prática da feiro do gado mensal. Quero congratular-me por isso, Sr. Presidente da Câmara.

Mais uma vez, as propostas que o PCP fez em sede de especialidade de discussão do Orçamento de Estado para dois mil e onze, para o PIDDAC – e foram várias – foram, de novo, chumbadas pelos votos conjuntos do PS, do PSD e do CDS-PP que, assim, roubam mais umas centenas de milhares de euros de investimento da Administração Central aqui no nosso Município. Mas é, infelizmente, também uma prática, a política da “terra queimada”: “*não somos nós a propor, chumbamos*”. Cá se fazem, cá se pagam, normalmente.

Depois, denunciava aqui um outro aspecto: a EDP continua a abusar. Já fizemos reuniões com responsáveis da EDP mas, objectivamente, a EDP continua a abusar. A Câmara aprova projectos de pequenas ampliações de electrificação urbana e a EDP tarda e retarda meses e anos. Isto é um comportamento absolutamente abusivo de uma empresa que, desde que foi encerrando serviços de proximidade, vai tratando cada vez pior sobretudo as populações de interior que teimam em querer viver aqui e que teimam em ter algumas condições de vida aqui. Falámos de iluminações de Natal mas isto também se trata de iluminação pública. Do meu ponto de vista, creio que está na hora do Município por “os pés à parede” a sério e obstaculizar que a EDP continue, tranquilamente, a abusar destas circunstâncias em coisas que a Câmara até já paga com um mês de antecedência. Não sei se a EDP mete esse dinheiro a render no banco ou o que é que lhe faz. E, depois, se chegar a altura da distribuição dos dividendos, antecipa-a como fazem os outros, para não pagar impostos. Não sei se também estão a fazer isto, como fez a PT e várias outras, nesta escandaleira dos últimos tempos.

Também queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara como é que estamos de I.C.. Mais um ano e não entrou o I.C. no nosso Município. Como é que isso vai?

Já agora, também queria perguntar se tem alguma novidade ou alguma coisa a dizer sobre a questão das urgências nas vinte e quatro horas do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, serviço público, Serviço Nacional de Saúde. Se se mantém como está, se há melhorias ou nem tanto assim.”

Depois, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e fez a seguinte intervenção:

“Querida começar por registar a disciplina nas intervenções. Parece-me que foi a primeira vez que fizemos tantas em tão pouco tempo. Não deixámos de dizer aquilo que queríamos dizer, concerteza. Portanto, às vezes não é preciso sermos muito falaciosos para chegar e atingir os objectivos.

Em vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, eu próprio, por sugestão da CDU, apresentei aqui um pedido de homenagem a Fernando Lopes-Graça, que nesse ano fazia o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

centenário. Portanto, para quem não sabe, faz hoje rigorosamente cento e quatro anos que Fernando Lopes-Graça nasceu. Fizemos aquela proposta em Setembro, precisamente para que se pudesse, atempadamente, fazer uma homenagem condigna a um musicólogo e a um compositor daquela envergadura. Assim não foi entendido. Não sei se foi pior para o Fernando Lopes-Graça ou se foi pior para os responsáveis que o não fizeram. Eu, pessoalmente, lamento. E, como disse o João Dinis e bem, as decisões desta Assembleia são para se cumprir. Já insisti aqui mais vezes, ainda durante o anterior mandato e também já o fiz neste mandato. E congratulo-me também que o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo tenham achado por bem fazer esta comemoração, que vai ser feita amanhã. Estamos “em cima” dos cento e quatro anos do nascimento. Não terá a mesma força dos cem anos mas, pelo menos, fica a nossa manifestação pelo grande músico e compositor de renome internacional, que foi Fernando Lopes-Graça.

Ainda também neste objectivo, aqui foi aprovado em tempos e também por proposta do João Dinis, a questão do Provedor do Ambiente, que eu espero que a Câmara também consiga conjugar esta situação, dentro do espírito do respeito pelas decisões desta Assembleia.

Naturalmente, quero-me congratular pela reabertura da HBC. Houve quem dissesse na altura que houve um aproveitamento político. A sindicalista Fátima Carvalho, tanto quanto eu sei, contactou todos os partidos concorrentes na altura. Não foram os partidos que foram lá, por aquilo que eu sei. Foi o sindicato, como lhe competia, que contactou os partidos. Naturalmente, ouvimos as queixas, as reclamações e ficámos preocupados, por razões várias. E, uma vez tendo merecido a confiança e as responsabilidades da governação, tudo tem sido feito para se conseguir o objectivo e, neste momento, na qualidade de Presidente da Assembleia, quero congratular-me e dar os parabéns e o reconhecimento ao Sr. Presidente da Câmara, como também ao Sr. Governador Civil e à sindicalista Fátima Carvalho, pela conjugação de esforços na prossecução deste objectivo que, como foi dito, era uma das prioridades deste Executivo e das promessas que foram feitas, que era a preocupação com a questão do emprego.

Naturalmente, e nesta linha, insere-se a criação da Plataforma para o Desenvolvimento. Já foi mais ou menos dito, pelo Dr. Rodrigues Gonçalves, o que há a dizer sobre este assunto, mas também não queria deixar passar sem manifestar o meu regozijo com a criação desta Plataforma.

Ainda relativamente aos documentos, e também para que fique clara a preocupação do Presidente da Assembleia, chegou a ser equacionada a possibilidade de fazermos a Assembleia no próximo dia vinte e dois. Portanto, sou sensível e pugno por algum rigor. Considerando o dia que era – próximo do Natal – achámos que isso ia prejudicar mais a vida de todos nós e, por isso, mantivemos esta data. Mas que fique claro que o assunto foi bastante debatido, quer pela Assembleia, quer pela Câmara, e que houve, de facto, preocupação. Da minha parte, dou a “mão à palmatória” e penso que o Sr. Presidente da Câmara o fará também. Vamos fazer um esforço para que, de facto, no futuro essa situação seja resolvida.

Sobre algumas questões que aqui foram postas quanto à divulgação, naturalmente, já o dizia o Roosevelt, “propaganda é informação”. Só que, às vezes, faz-se um bocadinho mais de divulgação e pensa-se que é propaganda. Terá que ser também reconhecido que este



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Executivo, às vezes, é lento a divulgar mas tem sido relativamente lesto a executar as muitas coisas que aqui foram enunciadas. Portanto, também aqui temos que melhorar todos no sentido de conjugar as situações. Não estou a dizer, com isto, que as críticas não foram justas. Mas, da minha parte, também fazer uma recomendação no sentido de que, atempadamente, estas coisas sejam feitas, até para delas tirarmos o melhor proveito.

Finalmente: aprovámos aqui, no dia dezanove de Novembro, a estrutura orgânica do Município. A Câmara Municipal entendeu, na sua reunião, fazer duas pequenas rectificações a essa mesma estrutura orgânica. O Sr. Presidente, depois, explicará e teve a elegância de vir aqui à Assembleia para nosso conhecimento, informação e, eventualmente, discussão. Se assim for entendido, o Sr. Presidente da Câmara, depois, de seguida ou quando achar oportuno na sua intervenção, explicará isto para a Assembleia tomar conhecimento e tomar alguma posição, se assim o entender.”

Interveio, depois, o Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos e as informações solicitadas pelos membros da Assembleia Municipal:

“Em primeiro lugar queria falar de uma pequena alteração que aconteceu quando foi aprovado o modelo de organização interna da estrutura nuclear, houve um engano. Passo a ler o texto:

“Por ter sido aprovado com inexactidão o “Modelo de organização interna, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direcção intermédia de 3.º grau” na sessão de Assembleia Municipal de 19 de Novembro de 2010, rectifica-se o mesmo.

Assim, aprova-se:

1. A correcção da percentagem definida para o pagamento de despesas de representação dos dirigentes intermédios de 3.º grau para 14%.

Deste modo, no ponto 5.1. do referido documento, onde se lê “Aos dirigentes intermédios de 3.º grau são abonadas despesas de representação em 35% do montante fixado para o director geral da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.”, leia-se “Aos dirigentes intermédios de 3.º grau são abonadas despesas de representação em 14% do montante fixado para o director geral da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.”

2. A subtracção ao Departamento de Obras e Serviços Municipais da competência 2.14. “Gestão dos transportes escolares, no que concerne à actividade operacional em respeito pelo planeamento definido pelas unidades orgânicas competentes”, ficando a mesma afecta à Unidade de Desenvolvimento Económico e Social, de acordo com a aprovação pela Câmara Municipal do “Modelo de estrutura flexível dos serviços municipais”, em reunião de Câmara de 10 de Dezembro de 2010.

Aos pontos seguintes ao 2.14., rectifica-se igualmente a numeração derivada dessa subtracção.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Face ao acima exposto, proceda-se à rectificação do documento “Modelo de organização interna, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direcção intermédia de 3.º grau”, bem como à sua correcta publicação e divulgação.”

Também se torna necessário dar conhecimento que, relativamente à Tabela de Taxas Municipais, aquando da liquidação da taxa fixada em matéria de “Ocupação do domínio municipal/Ocupações e utilizações em geral/Ocupação do espaço aéreo”, concretamente no que respeita ao licenciamento de toldos publicitários, verificou-se que, por lapso, não foi previsto o custo social (isenções) com uma taxa de 85,71%. Deste modo, a taxa foi fixada com um valor excessivo (0,14 € por m²/dia ou ml/dia) que, se se mantivesse, traduzir-se-ia num aumento de sete vezes o valor anteriormente pago pelos referidos licenciamentos. Esta rectificação já foi aprovada pela Câmara Municipal e solicito a sua aprovação aqui.

Queria saudar todos os Deputados e as suas críticas, parecendo-me até umas mais justas do que outras. O primeiro esclarecimento que eu gostaria de dar era: se acho que algumas pessoas aqui têm moral para falar – o caso do Movimento Oliveira Sempre, que fez isso pela voz da Dra. Luísa Vales – não reconheço a mesma autoridade ao meu amigo Rui por uma razão extremamente simples: porque o Executivo anterior foi useiro e vezeiro nisto e nunca o vi incomodado com isso. Mas deixe-me dizer-lhe que a lei geral prevê que os documentos possam ser entregues com dois dias de antecedência. O nosso Regulamento Municipal tem o prazo de dez dias.

Mas, no Plano e no Orçamento, percebe-se que há algumas dificuldades para articular, até porque quisemos que estes documentos fossem discutidos pelas forças políticas todas. E desafiei as forças políticas a participarem na construção crítica dele. E não foi possível marcarmos a reunião antes de sexta-feira. Mas também desafiei os Srs. Vereadores do PSD, tal como aos Srs. Vereadores do Movimento Oliveira Sempre, se estariam disponíveis a reunirem-se connosco para fazermos um documento. Porque, como sabemos, este Executivo em permanência governa num quadro minoritário e deve ouvir os seus parceiros. É democracia, é política. De qualquer maneira, se vivêssemos de uma maneira diferente, acho que devíamos fazê-lo à mesma. E o Sr. Vereador Paulo Rocha disse-me que não era esta a forma de eles estarem, que enviássemos os documentos, eles dariam algumas achegas e, se quiséssemos aproveitar alguma coisa, aproveitaríamos. Houve algumas achegas e os Srs. Vereadores que estiveram presentes sabem. Dos Srs. Vereadores do PSD houve algumas críticas aos documentos, alguma discussão e algumas propostas. E alguns erros, até, que se encontraram lá.

E nós, com toda a humildade, no sábado de manhã, tinha a minha equipa toda reunida aqui, porque a reunião foi sexta-feira à tarde pela disponibilidade, também, dos Vereadores do PSD. E isso demonstra cabalmente a forma de democracia que nós temos a encarar as coisas. Viemos trabalhar no sábado e só no sábado é que o documento, com as propostas que tinham sido feitas, ficou como documento final. Então, enviámos as coisas o mais depressa possível, ou seja, na segunda-feira. Eu queria dar esta explicação, achando que devemos também melhorar isto, para todos os Srs. Deputados se sentirem nos seus plenos direitos de informação. Também quero que percebam que foram estas as razões que estiveram subjacentes a esta entrega dos documentos demasiado tarde.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O caso das actas foi absolutamente diferente. Tal como aconteceu no passado, poderíamos tê-las enviado para a próxima reunião mas o Sr. Presidente da Assembleia Municipal... Sobre este assunto tinha sido o primeiro a fazer-me a crítica. Eu aceito perfeitamente a crítica, percebendo que houve aqui algumas condições especiais.

Também quero dizer ao Sr. Presidente João Dinis – não sei se ouviu aqui – que, se esta reunião foi hoje, foi sobretudo por causa de um problema pessoal que tenho e ao qual me referi na última Assembleia, devido ao casamento de um jovem de quem vou ser padrinho amanhã. Queria pedir-vos a vossa compreensão em relação a este clima de excepção em relação a esta Assembleia. Eu gosto que as Assembleias sejam compridas, que sejam participadas, que sejam discutidas porque, da crítica é possível construirmos um concelho melhor.

Esse é o objectivo que nos norteia, a mim e à minha equipa. Temos esse carácter democrático. E digo-vos mais, até com alguma “água benta” e alguma presunção: o nosso concelho, em termos democráticos, depois da nossa passagem na Câmara – não sabemos se é grande ou se é pequena – não voltará a ser idêntico aquilo que foi em relação ao seu passado. Disso não tenho dúvidas absolutamente nenhuma. Estamos a dar aqui um acrescento de prática política democrática, importante para o nosso concelho. E é por aí que nós também queremos ir. Por isso é possível, também com a capacidade crítica dos Srs. Deputados e Presidentes de Junta, conversarmos todos. É possível, independentemente das nossas bandeiras políticas, termos todos um objectivo comum e que é o desenvolvimento do concelho de Oliveira do Hospital. E disso não tenho dúvidas. E os Srs. Presidentes de Junta são testemunhas de que temos uma prática onde discutimos e é possível, independentemente das bandeiras políticas que cada um defende, trabalharmos todos em conjunto. E eu não tenho dúvidas nenhuma que os Srs. Presidentes de Junta têm sentido isso mas eu também tenho sentido, da parte deles, uma solidariedade na discussão dos assuntos das suas freguesias. E, quando for do Plano e do Orçamento, vou dar aqui um exemplo de Presidentes de Juntas de Freguesias mais pequenas, de uma reunião que houve aqui, da solidariedade deles em relação ao Município e aos outros Presidentes. Isso, a mim, apraz-me registar e é isso que eu quero imprimir ao meu concelho para não voltar a ser possível práticas do passado.

Estou a tentar fazer uma estrutura dos assuntos mais importantes para falar. Há um assunto que me preocupou e que trouxe aqui o Sr. Fernando Andrade e o Sr. Engº José Vasco, e que é problema da E.T.A.R. de Alvôco. Eu gostava de fazer uma pequena resenha sobre a E.T.A.R. e qual foi o posicionamento deste Executivo e do seu Presidente.

Mas, antes disso, gostava de vos ler uma frase que acho que é importantíssima. Já a li outro dia mas vou lê-la outra vez porque eu tenho princípios. E aquilo que afirmo não me esqueço. E vou ler um pequeno texto: *“da minha parte, o compromisso que solenemente quero assumir, é que ninguém, nenhuma força política, nenhum sujeito institucional, nenhum parceiro social, nenhum grupo de cidadãos, ficará excluído do processo democrático do direito a participar e do direito de ser ouvido.”* Podem não se recordar mas isto foram palavras, é um extracto da minha tomada de posse no dia dois de Novembro de dois mil e nove. E eu tenho seguido esta frase, esta participação à risca. E já vou explicar em relação à E.T.A.R. de Alvôco.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O que é que aconteceu em relação à E.T.A.R. de Alvôco? A E.T.A.R. de Alvôco já estava projectada há muito tempo para ali. E, quando o Movimento faz os primeiros contactos, a obra já estava a ser realizada. Perante o quadro, perante esta sensibilidade e perante aquilo que eu vos li, deste compromisso solene que assumi com todos os munícipes do concelho de Oliveira do Hospital, fiz aquilo que eu achava que era mais correcto. A Câmara Municipal, como sabem, não é a dona da obra; a dona da obra são as Águas do Zêzere e Côa. Mas, de qualquer maneira, há um trabalho de articulação entre a Câmara Municipal e as Águas do Zêzere. E o que é que nós fizemos em relação a isso? Fizemos aquilo que é de bom-senso e de algum equilíbrio: numa reunião, suspender as obras. Primeiro, fizemos uma reunião em Alvôco no dia treze de Setembro, ouvindo as pessoas de Alvôco, onde estavam integradas as pessoas do Movimento e onde estavam alguns amigos meus. Nessa reunião ouviram-se as pessoas, também esteve presente a Administração das Águas do Zêzere e Côa, e tentou-se ganhar um espaço para ver se havia alguma solução melhor. E foi colocada, pelo Movimento, a hipótese da deslocalização da Regada. As Águas do Zêzere, através de um gabinete de arquitectura, fizeram um estudo e fizeram, ao mesmo tempo, um estudo de melhoria daquele onde estava a ser colocada, onde já se tinham começado as obras e onde já se tinha gasto à volta de cem mil euros. E quero dizer que o Sr. Presidente da Junta acompanhou-me sempre neste processo porque, se eu tenho o direito e tenho o compromisso, de nenhum grupo de cidadãos ficar excluído, também tenho o direito e a noção que tenho representantes naquelas freguesias – os Srs. Presidentes das Juntas e a sua Assembleia – também para os ouvir com uma opinião própria. Isto é absolutamente legítimo pois foram eleitos pelas suas populações. Foram eleitos como eu. Mas, no dia seis de Outubro, ainda antes dessa reunião e enquanto se desenrolavam os estudos, eu recebi uma carta da Assembleia de Freguesia de Alvôco das Várzeas, que tinha este texto: *“o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e todos tiveram uma única e unânime resposta: pediram – e não exigiram, ao contrário de outros – o reinício das obras e o cumprimento do compromisso assumido pelos representantes das Águas do Zêzere e Côa na sessão de esclarecimento realizada em Alvôco no dia treze de Setembro de dois mil e dez.”* Isto é, a Assembleia de Freguesia de Alvôco veio reivindicar, já que as obras estavam paradas, para se encontrar uma solução de consenso, porque é para isso que nós também trabalhamos. A Assembleia de Freguesia vem exigir que as obras retomem no mesmo sítio mas com melhoria do impacto ambiental.

No dia vinte e cinco de Outubro fizemos nova reunião em Alvôco, com a população, com o Movimento, com todos os elementos interessados neste processo e vieram os técnicos do gabinete de arquitectura apresentar uma versão melhorada e o estudo económico de quanto custava a deslocalização para a Regada. A primeira hipótese, que era avançar a que tinha sido adjudicada, custava trezentos e cinquenta e um mil euros. Isto é, o que as Águas do Zêzere adjudicaram à empresa eram trezentos e cinquenta e um mil euros. A solução B, que era uma solução diferente da E.T.A.R., com melhoria do impacto ambiental, custava à volta de seiscentos mil euros. A deslocalização da E.T.A.R. custava novecentos e quarenta e cinco mil euros, perto de um milhão de euros. Esta era a deslocalização que o Movimento reivindicava. Em relação ao custo inicial da obra, eram cento e setenta por cento a mais.

Há aqui um problema da E.T.A.R. em relação a esta deslocalização para a Regada e que era que tinha que ter uma estação elevatória onde agora estaria a ser construída, também



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com gastos de energia. Os técnicos disseram que, derivado ao volume de esgoto, que iria ter alguns problemas no futuro. Foram eles que disseram; estávamos lá todos. O que é que o Sr. Presidente do Município fez? Alguém alertou o Sr. Presidente do Município que talvez houvesse uma possibilidade de deslocalizar a E.T.A.R. de onde estava mais para o talude da estrada nacional e deixava de ter aquela visibilidade. E o Presidente do Município, perante esse quadro, achando que ainda haveria mais uma hipótese... Eu também disse isto nas reuniões: se o problema tivesse sido levantado anteriormente, não tenho dúvidas que não era ali que deveria ficar. Esta é uma opinião absolutamente frontal porque tem alguns custos de impacto na paisagem ambiental, não escondo isso. Perante este quadro, pedi às Águas do Zêzere que analisasse a possibilidade de deslocalizá-la mais para junto da estrada pois não teria tanto impacto visual. Primeiro, pedi à Junta de Freguesia e algumas pessoas da Assembleia que tentassem negociar esses terrenos pois da parte das Águas do Zêzere havia abertura para equacionarmos essa hipótese.

Pedi também a um elemento do Movimento para dar uma ajuda a convencer a pessoa a vender o terreno para que aquilo não ficasse ali porque os custos não eram tão grandes. Não foi possível aquela solução, uma terceira solução que, na minha opinião, era a melhor de todas. Mas não conseguimos resolver este problema dos terrenos. E o problema é que eu, enquanto Presidente da Câmara e atendendo a que as Águas do Zêzere e Côa é que são a dona da obra, não posso ter esta decisão suspensa, até porque me lembro que, com o Engº José Vasco, quando eu estava em campanha eleitoral, passámos por lá e ele foi-me mostrar precisamente a drenagem das fossas nos seus terrenos. E o saneamento é uma das prioridades.

Perante este quadro, no sábado fiz uma carta dizendo isto à Assembleia de Freguesia: *“já que não temos condições neste momento”*... Entretanto soube, também, em abono da verdade, que o Movimento estava a fazer alguns estudos. Eu, perante este quadro, uma vez que, até agora, não conseguimos desbloquear e também perante a pressão da Assembleia de Freguesia, fui claro e mandei um ofício dizendo que... E disse também a esse elemento do Movimento que, na minha óptica, vamos tentar encontrar esta terceira solução porque, no entendimento que eu tenho, a solução da Regada está fora de hipótese. Eu disse isto.

Sei que foi apresentado – penso que ontem – o projecto na Guarda. E hoje, numa última *démarche*, contactei o Conselho de Administração das Águas do Zêzere e Côa. Até porque tinha tido uma conversa com eles na última terça-feira, quando estive numa reunião com todos os Presidentes de Câmara sobre o preço da água e perguntei se já lá tinha entrado algum projecto do Movimento. E eles disseram-me que ainda não tinham recebido nada. Hoje de manhã falei então com o Conselho de Administração, com o Engº Miguel Ferreira, e ele disse-me o seguinte: *“o projecto apresentado pelo Movimento não é exequível.”* Isto não é uma frase minha mas das Águas do Zêzere e Côa. E diziam também que *“atravessava a Quinta da Moenda, mesmo ao meio da piscina lá construída.”* E, porque me parece que a hipótese da Regada é uma hipótese afastada, não temos condições para continuar a protelar a obra. Mas, o que acho que vamos fazer, é que os impactos visuais sejam o menos possível. Tive um grande respeito pelo Movimento, não tenho a noção de que tenha sido por uma luta político-partidária. Não me pareceu ser essa a motivação das pessoas. Acho que o Município, o seu Presidente e o seu Executivo portou-se à altura deste desafio, na minha opinião, da forma como tratou o assunto e que eu retratei aqui.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em primeiro lugar, queria agradecer a palavras elogiosas do Sr. Raúl Dinis mas quero dizer que se esqueceu de um pequeno pormenor. Foi de um evento que eu acho que teve muita qualidade em Oliveira do Hospital e que foi a realização, pelo Clube Seita, do Mundial de Enduro, que eu acho que também foi uma boa realização.

Aproveitando a presença da Sra. Ministra, na qualidade de Deputada, a Eng^a Dulce Pássaro, não poderia deixar de lhe dar estas palavras, até porque já o reafirmei aqui e está nas actas. A Eng^a Dulce Pássaro tem sido uma aliada, não só do Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital mas, sobretudo, do concelho de Oliveira do Hospital. Tem ajudado quando é preciso e tem-se mostrado sempre disponível. Por isso, em nome do concelho e pensando que é também o sentimento desta Assembleia, é que a Eng^a vai continuar a ajudar-nos. Não é ao Presidente da Câmara mas ao concelho de Oliveira do Hospital. Vai continuar a ajudar-nos como tem feito até aqui porque tem sido incedível. Tanto a Sra. como o Dr. Paulo Campos têm tido um papel preponderante e Oliveira do Hospital tem orgulho nas pessoas que tem no Governo.

Sobre o Natal, há algumas coisas que correram menos bem, reconheço. Eu achei que as críticas do Sr. Rui Abrantes a este nível têm fundamento e têm alguma razão de ser. Mas vamos aquilo que eu acho que não tem substância. O que aconteceu foi o seguinte: eu defendi que nós deveríamos ter uma iluminação de Natal. Disse isto numa entrevista. E nós fizemos contrato com uma firma. Auscultámos três firmas. Reduzimos bastante, em termos de despesa em relação ao ano anterior. E, se calhar, isso foi-nos fatal. Só que, hoje, estes contratos têm que ser feitos pela Plataforma. E o concurso, na Plataforma, tem um conjunto de dias. O que é que acontece? Abriu-se o concurso pela primeira vez e – qual é o nosso espanto – que a empresa não vai à Plataforma. O Dr. Francisco Rodrigues – que estava a tratar do processo – falou com o dono da empresa, que lhe disse que se descuidou e pediu para se abrir novamente o concurso. Abrimos novamente o concurso na Plataforma, com as mesmas verbas. O problema é que percebemos que ele não concorreu outra vez e, a partir daí, não deu mais “sinais de vida” e nós já não tivemos qualquer possibilidade.

Também queria dizer ao Sr. Rui Abrantes que, em relação a algumas iniciativas, elas têm sido divulgadas. Não é uma pista de gelo. É uma pista sintética, com características de gelo. Acho que foi uma maneira de nós trazermos a Oliveira do Hospital pessoas para dinamizarmos o comércio. E veja como somos abertos à democracia: esta sugestão foi dada numa reunião de Câmara pelo Dr. Paulo Rocha, que disse que nem era muito importante a iluminação mas que era precisa uma nova forma. E nós aceitamos as sugestões. Esta é que é uma diferença: é que nós somos capazes de aceitar estas sugestões. Quanto à charrete, foi uma ideia que ouvi num cabeleireiro e que achei interessante aplicar aqui em Oliveira do Hospital. E vai ver que somos capazes de dinamizar as coisas de forma diferente daquilo que se fazia antigamente.

Sobre o sorteio, foram distribuídas sete mil senhas por noventa e quatro lojas. Também quero dizer que as viagens foram todas oferecidas por esta empresa e que, depois, se pôs lá o logótipo.

Quanto ao resto – e deixe-me fazer este julgamento pois sabe que eu sou um homem aberto – acho que o Café não tem uma substância de discussão política. A mim, pareceu-me



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que apenas quis fazer uma chicana política quando falou a propósito do Café Central. E nós sabemos porque é que falou. Gostaria de dizer que não fui eu que fiz o contrato de aluguer, foi o Executivo anterior. Mas isso não desculpa nada. Mas vou dizer-lhe porque é que me senti: porque o Sr. fez uma insinuação. Foi uma insinuação, na minha opinião, grave pois disse isto “*se fosse outro, a Câmara já lhe teria feito ou não o despejo?*” E eu vou dizer-lhe: não tinha feito a este nem a outro. E vou explicar-lhe porquê: você sabe que a firma é de uma pessoa que faz parte da Comissão Política do PSD. Ainda bem que não é da Comissão Política do PS, senão a insinuação poderia cair. Mas deixe-me dizer que há problemas que têm que se resolver e não é na Assembleia Municipal. A construção do Café Central tem apresentado um conjunto de problemas. E, a quem lhe foi adjudicado, apresentou um conjunto de reclamações que nós tentámos resolver mas que ele achou sempre que não se conseguiam resolver na totalidade. E, a partir de determinada altura, isto começou a tratar-se, não a nível da Câmara, mas a nível de advogados, para se obter um consenso. E fizemos esse consenso e fizemos várias apostas, achando ele que, derivado a esses problemas estruturais que a construção tinha, que tinha tido prejuízos. E, como já aconteceu noutros casos, esta Câmara tem vindo a negociar para tentar encontrar um equilíbrio, até para tentar retirar alguns casos que estão em Tribunal, por comum acordo. É isso que temos feito. Acho que é uma prática boa. O Município não é um bom exemplo. Terá que ir, às vezes, a Tribunal para defender os seus direitos. Já diz o povo que “vale mais um mau acordo do que uma boa contenda”. E é esse princípio que nós aplicamos na nossa vida e que também aplicamos aqui na Câmara Municipal. É que, quando é possível, podendo resolver não vamos para a contenda judicial. E, neste momento, aquilo que acontece é que estamos a fazer um acordo entre advogados percebendo que eu próprio, Presidente do Município, e a minha equipa não temos autoridade suficiente sozinhos para fazer esse acordo. Não tenho essa competência. Isto é, sempre que eu faço estes acordos, levo-os a reunião de Câmara, onde eles se discutem. Neste momento, aguardamos que haja uma proposta porque o adjudicatário nunca se negou a pagar a renda. Deixou de pagar como uma forma de protesto por achar que há muito tempo que existiam problemas pois alguns que estavam resolvidos voltaram a aparecer, desde a substituição de chão, um problema de infiltração de humidades e outros. E ele achou-se no direito de não pagar enquanto não se fizer o acordo. Mas, não pôs problema de pagar alguns meses. Ele também só poderia fazer esse acordo quando tivesse os problemas todos resolvidos. E eu até acho isso legítimo. Agora estão os advogados a trabalhar nisso e temos que nos sentar e vermos quantos meses é que a Câmara lhe perdoa por causa desses prejuízos. Mas não sou eu que vou fazer a medição deles. E, depois, faremos algumas contrapropostas e depois levaremos a reunião de Câmara para ser votado. Até posso levar um acordo e os Srs. Vereadores não concordarem com o mesmo e volta tudo à “estaca zero”. Mas também quero dizer que eu não sou um homem de tribunais; só um homem muito mais de tentativas de consensos. Isso é uma característica minha, da minha vida pessoal e que transita com o Presidente da Câmara.

Quanto à intervenção do Prof. Morgado, primeiro queria agradecer-lhe as palavras que teve em relação à escritura mas foi uma decisão por unanimidade. Sobre a EXPOH, quero dizer-lhe o seguinte: eu estou habituado a, quando as coisas acabam, fazer reflexões sobre elas. E já tínhamos feito uma reflexão: a EXPOH, que é importante para o concelho, vamos realizá-la, neste ano, numa semana mais baixa: de 16 a 24 de Julho. Assim, já não tem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conflito com as Festas de Santa Ana. Mas não foi pela sua reivindicação pois até se podiam conjugar as duas. Foi porque achámos que fazia choque também com algumas coisas e achámos que a devíamos baixar uma semana antes. É uma decisão que já está tomada.

Sobre a Rua Dr. Virgílio Ferreira e a Rua Dr. Pina Martins, na minha opinião tem que haver realmente uma intervenção. Estamos a tentar fazer uma candidatura financeira porque achamos que aquela entrada de Travanca, na Rua Dr. Virgílio Ferreira, precisa de uma intervenção. Penso que também conseguirei arranjar dinheiro no Quadro Comunitário para fazer estas obras. Gostaria de as realizar no próximo ano, se fôr possível. E esse também era o meu compromisso.

Queria dar uma palavra aos voluntários e às individualidades que ajudaram. Foram recolhidos, pelo nosso Banco de Recursos Sociais, quatro mil quilos de bens alimentares. Queria saudar essas pessoas e esses voluntários. Penso que esta recolha foi importante. Por isso, a todos que estiveram envolvidos, o meu muito obrigado.

Quanto à Feira do Gado, foi uma proposta do João Dinis, que trabalhámos com a ANCOSE. Acho que fizemos bem, que demos os primeiros passos mas há alguns aspectos para melhorar. Isto é uma parceria entre a Câmara Municipal e a ANCOSE. E até quem teve o maior trabalho sem dúvida que foi a ANCOSE. Estamos a fazer um trabalho de parceria porque os trabalhos de parceria também são importantes.

Sobre a EDP, gostaria de contar uma história que vem reforçar o que foi dito pelo João Dinis: nós temos, muitas vezes, falado com o Eng^o Pina Prata, que é o responsável desta área, de toda esta zona, pressionando. Há poucos dias recebi um ofício das Águas do Zêzere e Côa sobre a E.T.A.R. de São Gião a solicitar-me que interviesse junto da EDP porque, relativamente à electrificação daquela E.T.A.R., indicaram um tempo de construção de trezentos e sessenta e cinco dias. O problema da EDP é um problema grave e as respostas são muito lentas. E este exemplo dos trezentos e sessenta e cinco dias para a E.T.A.R. de São Gião é um bom exemplo. E eu já telefonei ao Eng^o Pina Prata para lhe dizer que isto era inadmissível. Agora, parece que o problema está resolvido.

Sobre a questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Meruge, nós estamos numa fase muito decisiva em termos de saneamento. Já afirmei várias vezes que o saneamento era uma prioridade. Sempre que podemos resolver alguns problemas de saneamento, temos que os resolver porque isso é que dará uma qualidade também ao nosso concelho. Estas obras têm que ser articuladas. Em Meruge já começámos com duas pequenas obras na freguesia, como outras obras que estamos a fazer. Por exemplo, estou preocupado porque adjudicámos a estação de tratamento em Lagares e no Vale do Ferreiro e já deviam estar a funcionar. Também já temos uma calendarização da execução das ligações técnicas. Vamos ter que, realmente, negociar, até porque em algumas obras há um pré-acordo: eles fazem-nos o trabalho e nós fazemos noutro lado, numa articulação de meios e de recursos para tentarmos servir melhor o concelho.

Espero que, no fim deste mandato, o concelho tenha muito poucos problemas. Há alguns problemas de saneamento de difícil resolução. E o problema é que não havia projectos feitos. O projecto do Seixo estava feito e, por isso, é que o pudemos candidatar. Já foi adjudicado. Entrámos no concurso para o financiamento mas vai ser deferido porque foi



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

combinado, na altura, com eles, quais eram as obras que poderíamos meter. E, se tivéssemos mais projectos feitos, tínhamos resolvido mais problemas de saneamento. Portanto, ainda há aqui uma fase, que é de execução em termos de projecto, sobretudo aqueles que são maiores. Estou a pensar na Recta da Salinha, que não tem saneamento. Estou a pensar na Catraia e ainda em algumas zonas em que é necessário fazermos um esforço para que isso aconteça. E isso também é retratado no Plano e Orçamento: que há um esforço da nossa parte em relação ao saneamento.

Gostaria de dizer o seguinte ao João Dinis: eu não gosto muito de fazermos a bandeira sobre o S.A.P. porque, até agora, não tenho razões nenhuma que o S.A.P. possa fechar. Por isso, não gostaria de abandonar aqui essa bandeira porque, senão, alguns ainda se podem lembrar, em termos de mediatização e trazer-nos alguns problemas.

Sobre o IC's, quero dizer o seguinte: há tempos, eu dei uma trégua ao Governo por causa deste Plano e Orçamento e da sua discussão. Penso voltar a envolver-me e, a partir de Janeiro, colocá-lo na minha ordem do dia, para reivindicar a construção do IC 6 em Oliveira e do IC 7 pelo menos até à A25. Seria uma obra muito mais pequena em relação aos IC's todos, percebendo que o País atravessa um conjunto de dificuldades. Mas nós precisamos do IC como o pão que se come. A Sra. Ministra também nos tem ajudado nesta reivindicação. Também estou a pensar pedir uma reunião ao Presidente do PSD, até porque, há pouco tempo, os meus colegas da CIMPIN fizeram uma reunião com ele por causa do IC 8 e pedir a sua solidariedade. Por isso, também tenho que pedir ao PSD local que se una nesta luta, que é uma luta que não é de nenhum partido mas do concelho. Acho que é uma questão de justiça. Por isso, não deixarei cair esta luta, mesmo perante este quadro de dificuldades.

Para terminar, o Nuno Filipe fez aqui uma afirmação que eu fiquei contente e que foi em relação a um momento menos bom que passa o Sr. Vereador Prof. Mário Alves. Acho que a luta política é uma coisa e que a relação pessoal e a solidariedade é outra. Desejo que lhe corra tudo bem com a sua filha pois percebemos que são dramas que nos acontecem na vida, quando parece que está tudo bem. Por isso, também queria aqui desejar aqui que tudo lhe corra bem.”

Interveio, depois, o Sr. Rui Abrantes:

“Naturalmente que não venho aqui lançar nenhuma réplica ao Sr. Presidente da Câmara mas, no meu entendimento, parece-me que a Dra. Luísa Vales não tem nem mais nem menos legitimidade do que eu para vir aqui falar. Aliás, eu já estava à espera dessa crítica. Eu estive um ano calado, aqui dentro. Não intervi nenhuma vez. A primeira vez que intervenho, o Sr. tenta condicionar, daqui para o futuro, as minhas intervenções. Naturalmente que não o irá conseguir. Eu, simplesmente lhe fiz uma pergunta objectiva que, depois de ter feito, o Senhor, a chicana política e de ter puxado o PSD para aqui, respondeu. Espero que não haja temas tabu para trazer a esta Assembleia.

E, no que diz respeito ao problema do Café Central, compreendo perfeitamente a posição de quem lá está a explorar. Se aquilo não tem condições, deve reclamar. E a melhor forma de reclamar é não pagar. E também acho que se deve assumir um acordo com a pessoa e que tem que ser compensado de alguma forma. Mas, parece-me que aquela obra ainda estará na garantia, pelo que gostava de saber se o Senhor tem ideias de, posteriormente, falar com o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empreiteiro e de lhe pedir responsabilidades acerca dos descontos que vai ter que fazer nas rendas que devem.”

Seguidamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, obrigado pelas respostas. Eu, todavia, acho que a questão das urgências é uma questão da ordem do dia, é uma questão de estar em plena luz do dia e que nós estamos a esconder, a rezear. O Governo cumpre a ameaça? Pois que o tente. Que o tente. Nós não receamos as ameaças do Governo. Estamos sujeitos a elas e, muitas vezes, concretizam-nas, dramaticamente para o nosso País e para o nosso Povo. Mas, pelo contrário, temos que estar em cima do acontecimento e com toda a disponibilidade para lutar para que isso não aconteça. Assim como a questão do I.C..

Em relação aos I.C., Sr. Presidente da Câmara, já disse aqui uma vez que o Passos Coelho é o Vice Primeiro-Ministro dos P.E.C.. Há o Primeiro-Ministro, que é o Eng^o José Sócrates, e há o Vice Primeiro-Ministro, que é o Passos Coelho, embora ele diga que não, que não tem nada a ver com isso, pelo contrário. Ele nem nunca falou sobre P.E.C. com o Eng^o Sócrates... Ele vai dizer isso, sem problema nenhum. Aliás, já vai dizendo outras coisas de cariz idêntico. Porque é que não há-de dizer isso também? Agora, o que eu acho estranho é que se vá junto de Passos Coelho, esquecendo que há outros partidos, com representação parlamentar, e que, em sistema de democracia, têm exactamente o mesmo direito que o PSD a serem informados das *démarches* – justas – que o Município de Oliveira do Hospital entenda fazer para que se concretize, dentro do Município, uma obra que está, há anos, a ser adiada e que mais um ano foi.

Aliás, o Passos Coelho também já diz que “*novas A.D.'s só depois das eleições*”. Eu não sei se o Sr. Presidente da Câmara já está a antecipar esse cenário do próximo Primeiro-Ministro. Esperemos que não, que não seja o Passos Coelho, até porque há outras alternativas. Sobretudo, as políticas que mudem. Mas, o que é substância aqui – e eu estou a jogar um bocado com a situação – é que, se há Passos Coelho, também há outros. E outros partidos que têm, em sede de Orçamento de Estado, insistido anos após ano, há muitos anos, para que se concretize essa obra.”

Interveio, ainda, o Sr. Eng^o José Vasco Lencastre que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara: se o Sr. Eng^o Miguel Ferreira, da Administração das Águas do Zêzere e Côa, diz que o nosso estudo não é executável – um estudo que é assinado por um professor catedrático, por um topógrafo, por um engenheiro civil, por um engenheiro do ambiente –, eu proponho que se nomeie uma entidade independente para provar se é possível ou não levar as águas residuais, por gravidade, para onde nós gostávamos que fosse deslocalizada a E.T.A.R. e onde o custo será substancialmente inferior a esta E.T.A.R. melhorada. E, segundo as nossas contas, não custará mais de quinhentos e cinquenta mil euros.”

Por fim, interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Queria dizer ao Sr. Rui Abrantes que eu não coloco essa legitimidade nem o quero condicionar porque o Senhor não se deixa condicionar nem me condiciona a mim. E sabe que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eu não sou capaz disso. O Senhor tem a legitimidade. Não vale a pena responder-lhe mais porque toda a gente é testemunha e aconteceu várias vezes. Por isso, é que eu lhe digo. Não estamos para falar de passado.

Em relação ao Sr. João Dinis, quero dizer-lhe que tem razão porque, sobre os IC's, o único partido com representação parlamentar que eu ainda não ouvi é a CDU. Porque já ouvi o Bloco de Esquerda e tentei sensibilizar o líder do CDS. Por isso, sem dúvida nenhuma, penso colocar isso na agenda e também aceitar a sua sugestão, reunindo com o Partido Comunista e até com a Comissão de Obras do Parlamento.”

Seguidamente, entrou-se no período da Ordem do Dia, tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Neste período, gostaria de dar informação sobre algumas obras que foram lançadas e adjudicadas, como o Centro Educativo de Nogueira do Cravo, a Ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, as Requalificações do Centro Histórico de Aldeia das Dez e da Envolvente da Praia Fluvial da Ilha do Picoto. Também lançada a da Avenida D. Manuel I, em Ervedal da Beira, bem como a rede de saneamento e de abastecimento.

Houve também um conjunto de reuniões com elementos do Governo, conforme consta da informação que vos foi enviada.”

Depois, o Sr. Rui Abrantes pediu a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação ao Ponto I tinha só um reparo a fazer e que era: normalmente, juntamente com este relatório da actividade exercida pelo Município, vem discriminada a dívida que a Câmara tem aos seus fornecedores e prestadores de serviços. Desta vez não veio, presumo que por uma falha dos serviços. Dizer-lhe que, na realidade, dei pela falta disto, mesmo tendo pouco tempo para analisar. Porque, ao contrário do que o Sr. Presidente disse, da mesma forma como recebemos desta vez os documentos, nunca tinha acontecido porque hoje é sexta-feira e os documentos foram recebidos na terça-feira.”

Seguidamente, entrou-se no Ponto II da Ordem do Dia – Eleição, nos termos do artigo 11º da Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto, de membros suplentes da Assembleia Municipal para fazerem parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte.

Sobre este Ponto, o Sr. Carlos Mendes tomou a palavra para dar as seguintes informações:

“O Ponto II tem a ver com uma única questão: quando fomos eleitos para a Assembleia Intermunicipal não havia suplentes. Também não havia nas outras Assembleias Municipais. Constatou-se, durante todo este tempo, que havia muitas pessoas que faltavam, o que dificultava o quórum. Assim, a fórmula que se arranjou para colmatar a situação foi que todas as Assembleias Municipais promovessem a eleição de membros suplentes.

No nosso caso, assim como da última vez, propomos a aprovação da seguinte lista conjunta:

- Sr. Engº José Vasco do Amaral Antunes Lencastre de Campos
- Sr. Prof. Francisco Borges Garcia



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Sra. Dra. Sónia Sofia Correia Martins
- Sra. Dra. Regina Manuela Passinho Ferrão
- Sr. João José Pereira Esteves

Posta à votação a presente proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Seguidamente, entrou-se no Ponto III da Ordem do Dia – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2011/2014 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2011, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de Setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento.

Sobre este Ponto, o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez a seguinte introdução aos documentos em apreço:

“Importa fazer uma abordagem à actividade desenvolvida durante estes primeiros doze meses do mandato.

Foi necessário conhecer o contexto, que é marcado:

- por uma componente política que exige estabelecimento de consensos;
- por uma componente financeira, em que é justo realçar que o Município se encontrava numa situação de normalidade em termos de tesouraria e de satisfação dos seus compromissos com empreiteiros e fornecedores, que lhe tem permitido enfrentar os desafios que têm sido colocados e aqueles a que se propôs, mas em que é necessário estarmos atentos à situação conjuntural que o país atravessa, e que se reflecte financeiramente, de forma directa e indirecta, nas condições financeiras que o Município terá no próximo ano e seguintes, designadamente ao nível da drástica redução no volume de transferências do Orçamento de Estado, que é de 665.749 € segundo as previsões disponíveis;
- por uma componente de recursos humanos onde existem ainda alguns vínculos laborais de trabalho precário, designadamente em tarefas consideradas essenciais à actividade do Município, que levam à proposta de mapa de pessoal apresentada.

O primeiro ano de mandato foi essencialmente dedicado ao diagnóstico de todos os factos, circunstâncias, recursos e constrangimentos que envolvem a actividade do Município e à adequação e adaptação das condições existentes aos objectivos que a Câmara Municipal deve prosseguir.

Foi também possível concretizar um conjunto de intenções que o Executivo em permanência tinha para o actual mandato autárquico e em diversos domínios:

- na ligação da Câmara Municipal com a sociedade, que é hoje orientada por uma atitude de relacionamento permanente com todos os agentes políticos, económicos, sociais e culturais;
- no novo posicionamento da Câmara Municipal face às juntas de freguesia em que,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

além da colaboração pontual, foi substancialmente reforçado o montante das transferências financeiras da Câmara Municipal para investimentos, que ascendeu a 500.000 € e passará em 2011 a ser de 600.000 €;

- na afirmação de Oliveira do Hospital como um Município activo, dinâmico e suficientemente atractivo para acomodar novos investimentos e novos residentes, nomeadamente através da realização de eventos de iniciativa municipal ou do apoio à organização de eventos por parte das instituições e freguesias;

- na elaboração dos projectos de execução relativos aos investimentos a realizar nos próximos anos, designadamente o Centro Educativo de Nogueira do Cravo, as novas instalações da ESTGOH – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, a ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, o novo Estaleiro Municipal e a ampliação e reabilitação das redes de abastecimento de água e saneamento em Seixo da Beira;

- na adjudicação das empreitadas relativas a alguns dos investimentos previstos para realização, como sejam os referentes ao Centro Educativo de Nogueira do Cravo, à primeira fase das infra-estruturas relativas à ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital e às redes de saneamento e abastecimento de água em Seixo da Beira, componente “em baixa”, a Beneficiação, Rectificação e Pavimentação da EM 507 e EM 507-1 – ER 230/Limite do Concelho/Pólo Industrial de Seixo da Beira; a Beneficiação e Repavimentação de um troço da estrada entre a Rua da Oliveira e o entroncamento com a Variante a Lagares da Beira e Requalificação da Rua da Terceira Idade em Lagares da Beira; a Beneficiação e Repavimentação da EM 503-1/ER230/Lajeosa; a Construção de equipamentos desportivos e de lazer de apoio ao Centro Educativo de Seixo da Beira; e o Arranjo paisagístico da zona envolvente do campo de futebol de Seixo da Beira; a Requalificação Urbanística da Av. D. Manuel I e Av. Nova em Ervedal da Beira, Fase I; a Requalificação da Envolvente da Praia Fluvial da Ilha do Picôto, em Avô e a Requalificação do Centro Histórico de Aldeia das Dez;

- no estabelecimento de um novo tipo de relacionamento institucional entre a Câmara Municipal e os diversos organismos externos ao concelho, como sejam o Governo, o Governador Civil de Coimbra, os serviços desconcentrados da Administração Central na Região, a CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, as diversas autarquias, a CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte a AdZC - Águas do Zêzere e Côa.

- no reposicionamento do Município em termos de acesso aos fundos financeiros externos, através da apresentação de novas candidaturas e de reprogramações de candidaturas já anteriormente aprovadas, de tal modo que este tipo de projectos correspondem a um volume de investimento superior a 10 milhões de euros e a um financiamento FEDER superior a 7,5 milhões de euros, dos quais a Câmara Municipal ainda tem a receber quase 6 milhões de euros.

O Orçamento para 2011 e as Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2011/2014 foram orientados no sentido de estabelecer uma continuidade com o ano em curso, quer completando o planeamento já realizado, quer também dando execução aos projectos estruturantes mais importantes para o desenvolvimento do concelho.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foram ao mesmo tempo perspectivados em consonância com a actual situação social e económica do ambiente envolvente, de modo a criar condições para acorrer às eventuais situações de carência habitacional e económica que possam atingir alguns extractos da nossa população.

E foram orientados no sentido de manter uma vigilância constante à situação financeira da Câmara Municipal, de modo a garantir que continuemos a cumprir regularmente com os compromissos financeiros decorrentes da actividade municipal.

Por essa razão as propostas de Orçamento e de Grandes Opções do Plano não divergem muito das aprovadas para o ano de 2010, sendo que há um decréscimo de 1,57% no caso das GOP e um ligeiro acréscimo de 0,59 % no caso do Orçamento.

Porém, no caso do Orçamento, existe um decréscimo real, de aproximadamente 1%, uma vez que existe a previsão excessiva para despesas de pessoal relacionada com a obrigação de prever em Orçamento a totalidade da cobertura orçamental necessária para o preenchimento dos novos lugares em mapa de pessoal, ainda que o lugares a preencher possam corresponder a pessoal cujos encargos já estão previstos noutras rubricas, como sejam pessoal em contrato a termo, ou pessoal no quadro mas noutras funções.

No caso das GOP, existe também uma reorientação dos investimentos em função das prioridades definidas, dando assim maior preferência a áreas como a educação e formação profissional, que cresce quase 200% relativamente a 2010, o Saneamento e Salubridade que cresce 57,22%, o Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público que cresce 77,66% e o objectivo Modernização dos Serviços, que cresce mais de 300% e o objectivo Tecnologia e Inovação que cresce 89,42%.

Em contrapartida, o Objectivo Comunicações e Transportes sofre uma grande diminuição, de quase 50%, reflectindo também o estabelecimento das novas opções de investimento, tal como em outros objectivos existe uma significativa diminuição, como sejam a cultura, desporto e tempos livres que desce 13,64%, a solidariedade e acção social que desce 58,83%, a saúde com menos 19,05%, a segurança e protecção civil com menos 31,12%, a defesa do meio ambiente com menos 40,76% e a participação em associações de municípios que desce 80,92%.

Foi esta a orientação estratégica que o Executivo em permanência estabeleceu para o próximo ano económico, esperando que a mesma possa merecer a concordância do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Em jeito de esclarecimento prévio mesmo à matéria deste Ponto da Ordem do Dia, queria perguntar: nas contas com a empresa Águas do Zêzere e Côa, quais são os valores do tarifário para a água pública que a Câmara Municipal já paga neste momento, ou que vai ter que pagar, e, nos termos da concessão, para quando estava previsto que esses valores entrassem em vigor?”

Outra questão é: ao que julgo saber, houve decisão do Ministério do Ambiente para que esse tarifário da água fosse – por assim dizer – retroactivo ao início deste ano corrente. Se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isto é verdade, quanto custa ao Município essa retroactividade?

No tratamento das águas residuais pelas E.T.A.R. contabiliza-se ou não certas águas pluviais? É que, quando chove muito, vemos que as tampas de saneamento saltam fora muitas vezes e extravasam para o exterior. Portanto, a ser assim, como se acautelam essas situações nas contas com a empresa Águas do Zêzere e Côa, porque acho que eles vão debitar em função dos volumes que as E.T.A.R. colectam? Será que o Município está a pagar ou vai pagar águas pluviais à empresa Águas do Zêzere e Côa?

A transferência da verba dos seiscentos mil euros para as freguesias: o Sr. Presidente confirma – eu não estive naquela reunião conjunta que houve com os Presidentes das Juntas de Freguesia – que, para dois mil e doze, vão ser retomados os critérios que foram aplicados em dois mil e dez, na fórmula de atribuição desta descentralização?

Quanto à ESTGOH: como é que está a atribuição ou a não atribuição de alguns cursos técnicos à ESTGOH por parte do Politécnico de Coimbra? E até que ponto haveria a retirada ou a não atribuição de alguns desses cursos? Ou se se pode inferir, ou não, se o Politécnico está por aí a esvaziar a nossa ESTGOH e a comprometer, a curto ou a médio prazo, o próprio investimento, se esse vier ainda a ser feito nas novas instalações.

Estas são questões prévias que, depois, podiam influir na apreciação mais geral sobre o Plano e o Orçamento.

Queria pedir aqui um outro esclarecimento: como é que está a obra da recuperação da estrada municipal Moinho do Buraco/Ramal de Travancinha?

Também queria assinalar o nível do empréstimo bancário a que o Município já chegou. Nós, aqui, fomos apologistas durante muito tempo que o Município devia esgotar a sua capacidade de endividamento, dentro de uma margem de segurança. Mas, começar a assinalar que esse nível está, agora, a atingir um valor bastante assinalável.

Dizer que, em termos de apreciação do Orçamento, verifico uma baixa dotação para a prevenção de incêndios florestais.

Assinalava aqui que, em matéria de acção social, está a acontecer o seguinte: estão a ser cortadas prestações sociais a grupos etários carenciados ou, pelo menos, sensíveis. E isso é uma forma, a dada altura, de pressão sobre os autarcas, desde as freguesias aos municípios, porque estão mais próximos de casos de flagrante carência social. O Governo corta por um lado e, depois, nós ficamos, muitas das vezes, de consciência pesada quando se constatarem casos e não temos capacidade de intervir. Mas isto resulta, em última análise, numa sobrecarga indirecta sobre os orçamentos municipais e das próprias freguesias.

Aqui há uma verba para uma unidade móvel de saúde, que eu creio que é da responsabilidade do Governo. É mais responsabilidade para cima de nós e, depois, vêm os cortes orçamentais como nós vamos ver a seguir.

Depois, desejava aqui dizer, desde já, que assinalo uma dotação com verba definida para a Freguesia de Vila Franca da Beira, cujo valor eu não vou aqui divulgar pois quem quiser saber vê nos documentos. E que isso – adianto – me induz a votar favoravelmente, e acho que pela primeira vez nesta Assembleia, um Plano e Orçamento da Câmara. Portanto, há



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sempre uma primeira vez. Mas, eu espero que, dentro de projectos idênticos, o de Vila Franca da Beira se execute, de facto, em dois mil e onze. E aqui o meu cepticismo. É que, decerto, não é a Câmara que pretende cobrir esta verba toda – está com verba definida – e, depois, espero que o PEC 4 que já aí temos, e o PEC 5 que vem a seguir, não venham depois, de PEC em PEC até ao PEC final, a inibir a realização dessa obra em dois mil e onze, nomeadamente nos valores em que está aqui prevista.

Creio que, aqui, os Vales do Mondego e do Seia carecem de uma maior atenção institucional, não só do Governo Central, mas também das próprias autarquias e do Município. O Vale do Mondego, sobretudo, não é tão bonito como o Vale do Alva. Mas não é tão bonito porque tem sido mais fustigado, por um lado por incêndios e, por outro lado, pela incúria. E está na hora de se olhar para aqueles vales como uma das prioridades estratégicas do nosso Município em termos de ambiente, em termos de paisagem, em termos de recursos e de fixação de populações e nomeadamente de alguns estrangeiros que teimam também – quase que inexplicavelmente – a viver por ali. E aí nos percursos e roteiros turísticos que estão em Plano e em Orçamento, que se considere aquilo que até pessoas de lá e das próprias freguesias têm feito e apresentado nessa matéria.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Dr. Manuel Morais Garcia:

“Posso começar já por dizer que fiquei contente porque, também não tive muito tempo para analisar os documentos, mas queria realçar isto: há muitos anos que anda em Plano uma questão que sempre falei aqui e que tem a ver com a adaptação da Escola Primária a Centro de Dia. Há dias, numa pequena reunião com o Sr. Presidente da Câmara, deu-me a palavra que iria estudar o assunto e, o que é certo, é que estudou. Por isso, acho que, se a obra avançar, a freguesia e os munícipes saberão realçar esse aspecto.

Porque, para mim, para além de todos aqueles apoios pontuais que vamos recebendo para as obras que vamos realizando nas nossas freguesias... Hoje mesmo, ao abrigo desse protocolo, foi implantado o novo espaço internet. E ainda temos outras obras realizadas porque o nosso objectivo é realizar as obras. Acreditem ou não, temos um calcetamento de uma rua para fazer. Já levei lá três ou quatro empreiteiros, o dinheiro está em caixa e o que é certo é que a obra ainda não está feita. Não é por culpa da Junta nem do Presidente. Vou-me já desculpar porque depois vou ter que apresentar o relatório. Inclusivamente, socorri-me do Sr. Presidente no sentido de, junto do empreiteiro, interceder para que a obra avançasse.

E, de facto, o Sr. Presidente da Câmara falou aqui, há pouco, da questão do saneamento básico. E nós temos um problema mais grave para resolver que é a questão do abastecimento de água ao Parceiro e a execução da rede de saneamento em Rio de Mel. Porque, na análise dos documentos, eu vi que está previsto a execução da rede de saneamento no Formarigo, Moita e Merujais. São pequenos aglomerados e penso que o Rio de Mel – até pelas pessoas que vivem lá e que são oitenta pessoas – também tem o mesmo direito que todos os outros. As outras situações pontuais relativamente ao saneamento, nomeadamente da Urbanização dos Machorros e da Rua Francisco Mendes Diogo, também me apraz registar o empreendimento do Sr. Presidente junto das Águas do Zêzere e Côa no sentido da elaboração dos estudos e dos projectos técnicos. Também está a avançar e é positivo.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

E também a questão da E.T.A.R.: eu não tenho intervindo mas sei, em abono da verdade, porque o que se passa em Alvôco é o que se passa em São Gião: se passamos vinte anos à procura de uma obra e agora a obra aparece, não podemos andar a protelar. Compreendo as pessoas e a legitimidade das pessoas que o fazem. Por exemplo, com a E.T.A.R. de Sandomil é a mesma coisa, junto ao rio. Será que as pessoas, quando fazem os projectos, não têm a noção que há linhas de água, que há o rio? Porque isso são constrangimentos que estão a surgir agora. Quando os projectos foram feitos, não foi por falta de ofícios da Junta de Freguesia de São Gião nem de reuniões. O que é que foi feito? Zero, foi o que eles quiseram. Não vale a pena vir aqui “bater” no Sr. Presidente da Câmara. A Junta de Freguesia nunca foi ouvida no processo. O que é certo é que, depois, para minorar a situação da E.T.A.R. – que também está numa situação de má localização porque está junto de um aglomerado populacional – inventou-se um mecanismo no sentido de minorar problemas ambientais, colocar-se lá uma reflorestação qualquer. Mas as coisas estão a avançar e, a mim, apraz-me registar a obra. Mas acho que as pessoas têm legitimidade e, quando a gente se queixa, pelo menos dá para pensar. E, se ainda está a tempo de ser tomada alguma situação, deve-se pensar porque é legítimo que as pessoas tenham condições.

Também queria, relativamente ao Plano e ao Orçamento, ressaltar o trabalho empenhado da Sra. Vereadora Prof^a Graça e do Município relativamente aos apoios às colectividades, às associações e à forma como foi feito. Apraz-me registar isso, o aumento e a continuidade do apoio que é dado a essas instituições. O Presidente da Junta de Oliveira do Hospital, o Nuno Filipe, uma vez fez aqui uma intervenção que eu concordei e concordo com ela: nós devemos apoiar sempre, primeiro, quem precisa e, depois, quem faz alguma coisa, tendo em conta o Plano de Actividades. Porque sabemos que, se a Câmara não atribui subsídios, a maior parte das instituições fecha porque não há outro tipo de apoios. E, quando há apoios, é uma burocracia que ninguém se entende com ela. De maneira que me apraz registar isso e os apoios pontuais que são dados às Juntas de Freguesia, apesar de termos a colaboração do Gabinete de Apoio às Freguesias em algumas obras.

Eu também quero dizer ao Sr. Presidente que nunca notei discriminação, antes pelo contrário. Sempre foi uma pessoa presente. Cada vez que o solicito, está presente, seja num almoço, seja num jantar, seja num aniversário. É uma pessoa que está sempre presente e, se não fôr ele, vai o Sr. Vice-Presidente ou a Prof^a Graça.

Vou ter que me ausentar porque tenho uma Assembleia-Geral da Filarmónica mas voto favoravelmente o Plano e o Orçamento, como é lógico.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Rui Abrantes:

“Eu queria, sem dúvida, congratular-me e louvar a sua postura da tal política de consensos. Eu acho isso positivo e é, sem dúvida, uma ruptura com o passado. E isso está-lhe nos genes, é seu. Quem votou em si, principalmente, não esperava outra coisa, que a sua postura fosse essa. E eu também me revejo nessa postura, não obstante anteriormente apoiar outras pessoas que não trabalhavam dessa forma.

Queria dizer-lhe que, segundo a minha análise, uma política de consensos tem custos, custos políticos. Já agora queria perguntar-lhe: não sei se ouviu todas as forças políticas do concelho. Não sei se ouviu a CDU ou o PCP?”



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Face a esta questão, o Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra e prestou o seguinte esclarecimento:

“A CDU, como estrutura, não ouvi. Fiz uma reunião à parte com os dois Presidentes de Junta da CDU.

Mas fiz outra coisa que eu também gostaria de deixar aqui: mesmo o CDS, que não tem representação, nós convidamo-los a participar neste projecto do Plano e do Orçamento. Só que eles disseram que, derivado à sua organização, não tinham condições para fazer essa reunião.”

O Sr. Rui Abrantes prosseguiu:

“Certamente que o Senhor, como viu receptividade no grupo de Vereadores eleitos pelo OH Sempre, naturalmente não a viu no PSD, como o Senhor referiu e penso que também não retirou essa ilação, mas isso deve ficar claro – e não estou aqui a defender a atitude dos Vereadores do PSD –, mas parece-me que, independentemente da postura de cada um, o superior interesse do concelho prevalece. E mesmo eles, não querendo entrar nessa política de consenso, manifestando *a posteriori* as ideias deles, naturalmente que o fizeram com esse sentido.”

O Sr. Presidente da Câmara Municipal voltou a pedir a palavra para o seguinte esclarecimento:

“Atenção que não se leu, nas minhas palavras, qualquer crítica à postura dos Srs. Vereadores do PSD por uma razão extremamente simples: porque é preciso, em abono da verdade, dizer que o que o Dr. Paulo Rocha me disse foi que não era essa a prática habitual que eles tinham e que eles, na reunião de Câmara, dariam sugestões para nós as aceitarmos, se estivéssemos disponíveis. E foi isso que eles fizeram. E houve algumas coisas colocadas que nós achámos que eram razoáveis e justas. Por isso é que nós tivemos este trabalho e tivemos este problema com os documentos. Por isso, é que eu, há bocado, pedi-vos alguma compreensão em relação a esta situação derivado a isto.

E até se passou uma coisa desagradável em relação aos Vereadores do PSD, que eu tenho que me penitenciar e não tenho esse problema: porque eu convidei também a Comissão Política do PSD. E o que é que aconteceu? Entregámos os documentos à Comissão Política e só mais tarde é que foram enviados aos Srs. Vereadores do PSD. Não houve aqui nenhuma afronta. Mas eles souberam dos documentos primeiro através da Comissão Política do PSD do que daqui da Câmara. Eles manifestaram a sua discordância em relação a isso. E eu achei que devia pedir desculpa porque eu acho que eles tiveram absoluta razão em relação ao que se tinha passado porque, realmente, eles tiveram conhecimento dos documentos por outras pessoas. Por isso, é nesta forma que eu me revejo. Não tenho problemas de assumir aqui um erro que nós cometemos pois acho que os Srs. Vereadores, que foram eleitos, deviam ter primeiro todos os documentos.”

Seguidamente, o Sr. Rui Abrantes retomou a palavra:

“Naturalmente que estamos aqui perante uma jogada de antecipação. Isto é elucidativo e demonstrativo que o Prof. José Carlos não anda cá “há dois dias”. Ele já sabia que, no seguimento daquilo que eu ia a dizer, ia falar exactamente disso. E reconheço-lhe essas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

palavras e sei desse pedido de desculpas formal.

Mas, continuando a defender essa tal política de consensos, acho que a forma é que devia ser outra. Eu vou explicar porquê: porque eu próprio também tive acesso a esses documentos. Os documentos foram-me apresentados e, quando olhei para eles, pondo estes documentos que vieram na correspondência e aqueles documentos uns ao lado dos outros, o aspecto é igual. Ou seja, eu acho que, para uma negociação, não deve ser tão formal. Eu sei que o Presidente da Comissão Política não vai, amanhã, fazer nada com aqueles documentos mas eles são exactamente iguais. Ou seja, eu acho que não se deviam deixar sair documentos lá para fora com um teor tão vinculativo. Acho que é um aspecto importante e que se deve repensar a forma como transmitir e passar informação com quem estamos a negociar.”

Intervieio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira, fazendo a seguinte intervenção:

“É um assunto que já aqui foi visado mas, pessoalmente e em nome do Executivo da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, não queria deixar de tecer algumas palavras. Como tal, queria congratular-me com a forma como, ao longo deste ano económico, o Executivo do Município e também o Gabinete de Apoio às Freguesias trataram e lidaram com a Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital. Uma palavra de apreço ao Prof. Daniel, pela sua constante disponibilidade profissional e no apoio directo à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital e, pelo que sei, com igual tratamento às restantes vinte freguesias.

Depois, dizer que, com a decisão do Executivo em descentralizar competências para as juntas de freguesia e correspondentemente uma verba monetária de visível elevado valor, permitiu que nós, Executivo de Juntas de Freguesia, pudéssemos executar um conjunto de obras e levar a efeito um conjunto de iniciativas que em muito beneficiaram as populações em geral, até pela celeridade de execução de algumas obras, permitindo, com esta mais-valia financeira, adjudicar obras directamente.

Mesmo assim, reforçar que, em ano de conjectura económica – e quero congratular-me também por isso – o Município tenha aumentado em mais cem mil euros a distribuição das verbas às juntas de freguesia.

Também queria tecer alguns pontos sobre as Grandes Opções: quando falam aqui em requalificação e apetrechamento do parque de lazer junto ao complexo das piscinas e do espaço envolvente à ponte sobre o Rio de Cavalos – neste caso falo mais objectivamente do Parque dos Marmelos – eu gostaria de deixar algumas sugestões e, ao mesmo tempo, alertar porque, por vezes, a fazerem-se remendos, gasta-se mais dinheiro e a obra em si, na sua complementaridade, fica sempre em vão.

Quando falam aqui em requalificar este espaço, gostaria de deixar algumas sugestões, principalmente no que tem a ver com a própria Ribeira de Cavalos: espero que essa requalificação envolva, não só o lado das escolas e da envolvente das piscinas, mas também a confluência da Avenida Dr. António Afonso Amaral com a Rua do Ameal, no seu lado direito, em direcção ao antigo matadouro porque as águas da Ribeira dos Cavalos correm para aí. E salientar também a má imagem, ao longo destes últimos anos, tendo em conta que é uma entrada da própria cidade, bem como a quantidade de lixo que se acumula ali anualmente



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

junto aquela Ribeira, onde diariamente passam centenas de pessoas a nível pedonal. Penso que poder-se-ia, com esta requalificação, também salvaguardar em termos de imagem a própria Ribeira, até com o fim de a valorizar.

Depois, dizer – tendo em conta que estará aqui enquadrado o aumento do dimensionamento das piscinas e porque faz parte das G.O.P. – que um dos nossos objectivos para este mandato era a criação e construção de um parque de desportos radicais. E, dada a confluência daquele espaço – isto é apenas uma sugestão –, porque não pensar na construção do dito complexo de desportos radicais e, dada a sua centralização por estar perto de um agrupamento de escolas, aí ser criado e construído o dito parque de desportos radicais.

Quero também congratular-me com o arranque da requalificação da rede de abastecimento do Centro Histórico e da Rua Dr. Virgílio Ferreira. E, se esta zona histórica carece de maior atenção, também a própria Rua Dr. Virgílio Ferreira, dada a perigosidade de circulação pedonal porque não tem passeios, é importante a obra que vai ser ali efectuada. Também o Vale do Ferreiro porque, de mês a mês, estão canos a rebentar. E também porque foi um dos pontos que nós chamámos à atenção, dos mais de duzentos buracos que existiam no traçado que liga Vendas de Gavinhos a Gavinhos de Baixo e que também se faz constar das Grandes Opções do Plano.

Mas, além disto, gostaria de salientar e de saber como é que está a situação do saneamento para a Catraia de São Paio, na zona virada para o Vale do Alva, tendo em conta que, neste momento, é tudo à base de fossas sépticas.

Queria aqui reforçar e propôr que, em relação a esta requalificação e à substituição da rede de saneamento e de águas do Centro Histórico da cidade, da Rua Alexandre Herculano e da Rua Dr. Virgílio Ferreira, – indo um bocado de acordo com o Prof. Morgado e porque eu também já o reivindiquei – a intervenção que também tem que ser feita na Rua Prof. Pina Martins seja encaixada nesta rubrica?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Prof. António Morgado Ferreira Alves:

“Eu venho aqui apenas porque, no estudo desse documento, me surgiram algumas dúvidas acerca de algumas verbas que aqui estão consignadas. Não pelo facto de estarem, em si, mas pelos montantes e até a finalidade. Primeiro era no Objectivo 2, a aquisição da Casa dos Magistrados, inscrita com uma verba de cinquenta mil euros. A dúvida que eu tenho é se ainda falta pagar alguma coisa, uma vez que, se anda em obras há tanto tempo, certamente que já estará paga.

Mais à frente, no Objectivo 5, notei três situações: para o Centro Histórico de Oliveira do Hospital vem uma verba importante e queria perguntar se se refere ao mesmo que duas linhas atrás, ou seja, se nesta requalificação da Zona Histórica não está englobada a totalidade dos custos porque noutras rubricas aparece a água e o saneamento. “

Foi, depois, dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Ervedal da Beira, Sr. Engº Carlos Maia:

“Antes de entrar concretamente numa breve análise do Orçamento e do Plano, só queria deixar aqui uma anotação: estranho muito que haja pessoas nesta Assembleia que tenham passado um ano sem dizer nada e que agora venham falar, referindo, ainda por cima,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isso. Espero bem e acredito que – das duas, uma: ou não falaram porque teriam hábitos antigos de não falar, ou não falaram porque não havia grandes razões para falar acerca do Executivo ou do desempenho do Executivo Municipal. Espero bem e faço votos para que a segunda razão fosse essa a razão porque não falaram. Faço votos que falem muito. Eu, pela parte que me toca, sempre falei aqui. Nunca tive medo de falar. E não é pelo facto de ter agora aqui um Executivo Municipal que até é da minha cor partidária que eu vou deixar de falar. Irão ouvir-me seguramente sempre, ou para dizer bem ou para dizer mal. Irei continuar exactamente com a mesma postura.

Passado isto, quero, como Presidente da Junta, congratular-me mais uma vez pela postura do Executivo Camarário, e particularmente pela postura do Sr. Presidente com os Presidentes das Juntas de Freguesia deste concelho. Tenho que enaltecer esta posição dele, pessoal, e do próprio Executivo Municipal, coisa que não existia nem era prática de antes nesta casa. Todos nós sabemos disto. Sabem os Srs. Presidentes de Junta das várias cores partidárias que têm assento nesta Assembleia. E todos nós sabíamos qual era a prática. Espero bem que esta prática continue – acredito que vá continuar – pelos próximos anos de mandato. E espero também que, independentemente do que vier no futuro, seja este Executivo Municipal ou seja outro qualquer, nunca mais esta prática seja posta de parte porque esta é a prática correcta. Eu disse isto diversas vezes anteriormente: o Executivo Municipal foi eleito pelas populações e os Srs. Presidentes de Junta foram igualmente votados e a sufrágio pelas populações. E é por isso que estão lá. Há que haver respeito e deverá continuar a haver, futuramente, pelos Srs. Presidentes de Junta, seja qual for o Executivo Municipal que esteja à frente dos destinos deste concelho.

Entrando mais na parte do Orçamento, quero congratular-me com o reforço da verba que irá ser distribuída pelo Executivo Municipal para o ano dois mil e onze. Obviamente, como o Sr. Presidente já disse, se calhar ainda não é aquela que ele gostaria que fosse. Todos nós esperamos que, no futuro, o reforço seja igualmente feito.

De qualquer forma para dizer que, realmente, este reforço de verbas para as juntas de freguesia veio, for bem utilizado e com critérios de necessidades das populações, acredito bem que qualquer um dos Presidentes de Junta que está dentro desta sala irá fazer, seguramente, alguma obra nas suas freguesias. Porque, se formos continuar com este critério, ainda é algum dinheiro, ao fim de quatro anos, que se vai aplicar nas freguesias. Isso ainda dá para fazer algumas obras que as populações anseiam. Para forçar isto, como Presidente de Junta, este reforço de verbas e esta abertura que o Executivo tem tido para com os Presidentes de Junta.

Quero também, sobre o Orçamento, para além da questão das freguesias, referir uma coisa e anotar que este Executivo tem aí vertido no Orçamento diversas intenções. E eu não tive o cuidado de ir buscar verbas mais pequenas mas saltaram-me à vista fundamentalmente algumas coisas: no capítulo da Receita, as três grandes verbas para dois mil e onze: o I.M.I., o F.E.F. e algo que me chamou a atenção. Pela primeira vez desde que, há anos que ando nisto, que vejo aqui vertido num plano de intenções – e eu acredito bem que isto seja cumprido – verbas que se pretendem ir buscar ao QREN, aos fundos comunitários. Eu fui uma das vozes que aqui questionou onde estavam os projectos, onde estavam os fundos comunitários. Eu estou a ver aqui vertidos tanto como oito milhões e trezentos mil euros. É preciso pensarmos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nisto. E não estamos em ano de eleições. Estamos no segundo ano do mandato. Não estamos a falar de cinco milhões de empréstimo mas de dinheiro comunitário.

Queria referenciar algumas verbas: Centro Educativo de Nogueira do Cravo: um milhão e cento e cinquenta mil euros. Novas instalações da ESTGOH: um milhão para este ano e mais dois milhões e meio para o ano seguinte. Requalificação da Avenida D. Manuel I, em Ervedal da Beira, uma antiga aspiração desta freguesia: quatrocentos e cinquenta mil euros. Saneamento do Seixo da Beira e águas: quatrocentos e quarenta mil euros. Mercado Municipal: trezentos e cinquenta mil euros. Zona Industrial, uma vontade e uma aspiração de muito boa gente, entre os quais eu: está aqui a aposta nisso. Estrada do Vale de Maceira até Aldeia das Dez: quatrocentos e cinquenta mil euros. Estrada do limite do Concelho ao Pólo Industrial do Seixo da Beira – anos que aqui andámos a falar nisto –: setecentos e noventa mil euros. Estaleiro Municipal: seiscentos mil euros. Casa dos Magistrados: mais quatrocentos mil euros. Tudo isto com verbas definidas.

Muito sinceramente quero dizer a esta Assembleia que, se nós viermos a assistir, conforme eu faço votos que venha a acontecer, que estes investimentos sejam uma realidade no próximo ano de dois mil e onze, independentemente dos outros mais pequenos, quero dizer-vos, num ano destes, em que toda a gente está à espera da dita crise, que temos um executivo Municipal que nos apresenta um Orçamento deste tipo e deste teor. Quero dizer que nunca assisti, nesta casa, a um Orçamento com este arrojo porque isto é arrojado. Nunca assisti a um Orçamento nesta casa com esta intenção, fundamentalmente de realizar projectos importantes para o concelho e ir buscar muito dinheiro aos fundos comunitários. Nunca assisti. É a primeira vez que estou a assistir, nesta casa, a um Orçamento deste tipo. E é exactamente por esta razão que eu vou votar a favor deste Orçamento Municipal.”

Interveio, depois, o Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sr. Raul Costa:

“Vou ser breve porque o Carlos Maia já fez parte do meu trabalho.

Há pouco, era para ter falado numa situação que foi abordada pelo Presidente da Junta de Vila Franca e que era relativamente à EDP. Convinha não esquecer este assunto. Nós temos situações em que a Câmara já despendeu verbas para pagamento de pontos de iluminação há cerca de meio ano e estão por fazer. Portanto, acho que é um reparo que deve ser feito à EDP porque estão a trabalhar muito mal, nesse aspecto.

Relativamente ao Orçamento, eu vejo com agrado a inclusão de algumas obras que considero indispensáveis para o desenvolvimento do concelho. Refiro-me concretamente à construção das novas instalações da ESTGOH, a Central de Camionagem, o melhoramento de algumas vias de comunicação, a ampliação da Zona Industrial, entre outras que estão lá vertidas. Isto parece-me que é uma forma de melhorar aquilo que vem de trás e penso que vai contribuir decisivamente para o desenvolvimento do concelho.

No que se refere à freguesia e vila de Lagares da Beira, que eu presido, vejo também com bastante agrado algumas verbas que estão lá, nomeadamente a recuperação do antigo quartel dos Bombeiros, o apoio à construção de um complexo desportivo no campo de futebol, o reforço de verbas às juntas de freguesia, que é muito importante porque vai



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

permitir alguma folga e fazer algumas pequenas obras que, de outro modo, as juntas não teriam qualquer hipótese de fazer.

Há uma outra verba que eu vi lá inscrita e que é a possível aquisição da Acibeira. Eu tenho falado muitas vezes na Acibeira e penso que conhecem a minha posição relativamente a isso: eu tenho alguma desilusão relativamente aquele “monstro” que está ali e, se fosse possível, eu abdicava daquela parte do território de Lagares, para aquilo sair de lá. Isto porque aquela situação que está ali envergonha-me, como Presidente da Junta. É necessário dar-se alguma vida aquilo pelo que vejo com agrado que há uma verba para a possível aquisição do direito de superfície daquela área. Portanto, espero que venha a ser feita ali alguma coisa porque impõe-se que seja esse o caminho. Há também algumas verbas que estão incluídas nas rubricas generalistas, como é o caso do alargamento do cemitério, em que já estamos a tratar do projecto.

Portanto, por isto que acabo de referir, obviamente que vou votar favoravelmente e com todo o agrado, este Orçamento.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Sra. Dra. Luísa Vales:

“Pese embora o pouco tempo para a análise do documento em apreço, verificamos que há um conjunto de objectivos contemplados nas GOP, com as quais concordamos totalmente .

No entanto, verificamos também, que outros objectivos indispensáveis para a melhoria da qualidade de vida dos nossos oliveirenses não estão dotados de projectos e de verbas adequadas às reais necessidades do concelho, como por exemplo a rubrica da “solidariedade e acção social”, em que as verbas previstas são exíguas, tendo em conta os tempos difíceis em que vivemos e que se avizinham, dada a conjuntura actual e que, em nosso entender, deveriam ser reforçadas.

Consideramos também que as verbas inscritas para equipamento, software e o acervo da biblioteca são diminutas para equipar o espaço com a dignidade que ela merece.

Relativamente às obras de saneamento básico, constatamos que, apesar de estarem inscritos alguns projectos importantes, consideramos que se devia ir mais longe pois é absolutamente necessário suprir as necessidades básicas de toda a população do nosso concelho.

Para terminar, consideramos que o Executivo em permanência deverá dar prioridade a projectos de investimento que possam ser comparticipados por fundos comunitários ou nacionais, uma vez que as receitas do município devem maximizadas, face à conjuntura actual e tendo em conta os cortes orçamentais que já se fazem sentir.”

Intervio, depois, o Sr. Engº José Vasco Lencastre:

“Nós congratulamo-nos por, finalmente, a Zona Industrial vir a ser ampliada mas também sabemos que ela já tem caminho. Portanto, há que começar a pensar em negociar terrenos para a sua futura ampliação. Gostávamos de deixar aqui essa nota.

Também queria dizer que, de facto, é um projecto arrojado construir a ESTGOH mas, na nossa opinião, é fundamental para o futuro deste concelho. Acho que este concelho já não conseguia viver sem ensino superior.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A proposta relativamente à aquisição de imóveis degradados, feita pelo nosso Vereador José Carlos Mendes, achamos que é uma proposta muito interessante porque, de facto, os centros históricos das nossas aldeias e até da cidade estão a ficar desertificados. É constrangedor ver essa situação e nada se fazer para a inverter. Portanto, uma política de compra de casas, recuperando-as com a arquitectura tradicional e arrendando essas casas a quem as queira habitar ou até para turismo é, de facto, uma boa política.

Por outro lado, gostava também de deixar aqui o que, na nossa opinião, não achamos tão bem.

Vejo aqui um investimento para turismo e vejo um investimento para a praia fluvial de Alvôco das Várzeas. Eu queria lembrar o Sr. Presidente da Câmara que nós temos dois rios de montanha, que são o Alva e o Alvôco. E queria lembrar-lhe o que aconteceu em Avô: há meia dúzia de anos fez-se um investimento na ordem dos seiscentos mil euros em Avô e, passado um ano ou dois, trezentos mil foram “por água abaixo”. E, portanto, há que ter em atenção essas questões quando se fala em requalificações de zonas ribeirinhas. Portanto, é bom que tenhamos isso sempre bem presente. Achamos que deve haver praias fluviais mas achamos que há mais outras coisas para fazer, até porque as praias fluviais só são utilizadas durante dois meses por ano. Não estamos contra as praias fluviais mas achamos que há mais coisas para fazer, para além das praias fluviais.

Por outro lado, também achamos descabido estar a criar mais uma agência para o desenvolvimento do investimento nos vales do Alva e do Alvôco. Temos a Plataforma, temos a ADITO, temos a Serra do Açôr, a ADESA. Mais uma agência? Parece-me, de facto, exagerado mas os Srs. lá sabem.

Relativamente à defesa da floresta contra incêndios, gostava de dizer-lhe o seguinte: defender a floresta contra incêndios não é só passar máquinas nos caminhos para que os jipes e as motos dos Srs. que andam a fazer todo-o-terreno possam passar mais depressa. Defesa da floresta contra incêndios é, de facto, limpar o mato adjacente aos caminhos. E limpar não é com o braço. É limpar cinco ou dez metros para cada lado. E, de facto, isto não está aqui neste Orçamento e eu tenho pena que isso não aconteça.

Queria também dizer que – sendo uma questão de pormenor – gostava de ver, como já disse aqui o Sr. Presidente da Junta, arranjada esta entrada de Oliveira do Hospital, nomeadamente aquela zona de estacionamento onde estão carros em terra, antes de chegar à casa dos chineses. Gostava de ver aquilo arranjado porque, de facto, parece mal aquilo ali à entrada. Aquilo deve ser propriedade privada mas devia chegar-se a acordo com o proprietário e fazer-se ali mais um parque de estacionamento.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. António Manuel dos Santos:

“O assunto que me traz aqui é falar da situação da notícia do anunciado encerramento do Lar de Travanca de Lagos.

Mas, antes, queria salientar aqui o facto de ver inscrita, neste Plano e neste Orçamento, uma verba que vai contemplar uma obra que se vai realizar em Travanca de Lagos e que há muito tempo que era reivindicada pela população: a obra de saneamento da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Avenida Principal até às Quintas do Rio Seco. Mas também queria lembrar o Sr. Presidente que faltam as Quintas do Vale do André, que também estão na mesma situação.

Em relação à situação do Lar de Idosos de Travanca de Lagos, há muitos anos que se vem falando que o Lar precisava de uma intervenção porque não estava a cumprir os regulamentos exigidos pela Segurança Social. E, anteriormente, no Plano e no Orçamento vinha uma verba inscrita para esse fim. Vejo agora que essa verba foi retirada, ainda mais que foi criada uma IPSS em Travanca, em resposta ao desafio que o Sr. Presidente me fez quando me disse que, ou era criada uma IPSS para tomar conta dos destinos daquela instituição, ou teria que a entregar a outra instituição de fora da freguesia. Uma associação destas não se cria de um momento para o outro. Eu convidei uma série de pessoas, com alguma experiência na matéria. Criámos a comissão instaladora, fizemos a escritura há cerca de mês e meio, entregámos na Segurança Social toda a documentação para ser reconhecida como IPSS e, agora, vejo que o Lar de Idosos vai encerrar. Ao longo deste percurso fizemos várias reuniões e tenho que destacar todo o apoio e empenho que o Sr. Presidente tem dado em tentar resolver a situação. No trabalho que fizemos chegámos à conclusão que aquelas obras, para uma lotação de trinta utentes, custaria cerca de dois milhões de euros. O Lar, para trinta idosos, poderia ter uma receita de, aproximadamente, dezoito mil euros mensais. A média serão seiscentos euros por idoso o que levava a uma receita de dezoito mil euros. Quando pedimos simulação para um empréstimo de um milhão e meio de euros, custava doze mil euros mensais. Se acrescentarmos mais doze mil euros para encargos com pessoal, mais cinco ou seis mil para outros encargos, teria uma despesa mensal de trinta mil euros. Aí, o Sr. Presidente também reconheceu que não é viável. Propondo-se até, o Sr. Presidente, a arranjar fonte de financiamento, reuniões várias que fizemos com o Director da Segurança Social aqui na Câmara e em Coimbra, chegámos à conclusão que não é viável.

Fazia o meu apelo ao Sr. Presidente que não gostaria de ver aquela casa fechada e concerteza que o Sr. Presidente também não gosta. Portanto, fazia aqui um apelo ao Sr. Presidente para que continue a empenhar-se a arranjar forma de financiamento – ou de uma parte – para que não se desista daquela casa. Foi, talvez, o primeiro Lar a existir no concelho de Oliveira do Hospital.”

Em seguida, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira, Sr. Prof. João Dinis, pediu a palavra para a seguinte intervenção:

“Eu gostaria de o Sr. Presidente da Câmara comentasse aquilo que já tinha perguntado há pouco: os valores dos tarifários para a água e saneamento que estão actuais, na concessão estavam previstos para quando? Também era a questão das águas pluviais e da E.T.A.R., a questão da ESTGOH e os cursos, a estrada do Moinho do Buraco, entre as outras questões que coloquei.

Queria também chamar a atenção que a União Desportiva e Tuna Vilafranquense pediu a isenção do I.M.I. há dois meses e que isso ainda não foi contemplado. Creio que tem a ver com a Assembleia Municipal.

A questão dos Grupos Técnicos Locais e também as questões urbanísticas das aldeias e não apenas das aldeias históricas, a revisão da Carta Educativa Municipal, aquela questão que a freguesia de Vila Franca da Beira tem colocado e as piscinas anexas à escola da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cordinha.

Posto isto, passava à leitura de uma moção que também é um protesto:

Para o nosso Município, há um novo “corte” de 665.750,00 € no Orçamento de Estado para dois mil e onze, “corte” de 8,6% comparativamente com o ano corrente . “Corte” que é mesmo superior em cerca de 30.000,00 € à totalidade das verbas que recebem (635.245,00 €) as vinte e uma freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital.

Estes “cortes” orçamentais vêm em consequência dos PEC e colocam grandes constrangimentos ao investimento, à actividade dos municípios e das freguesias, bem como à qualidade de vida das populações.

Enquanto há escandalosas isenções fiscais para os grandes grupos económicos e financeiros, é às Autarquias que – INJUSTAMENTE – também é pedido o “tal sacrifício que todos temos de fazer” ...

No próximo ano, as vinte e uma freguesias de Oliveira do Hospital vão receber directamente do Orçamento de Estado, uma média de nove cêntimos por dia e por eleitor e há um “corte” de 8,6% - cerca de 60.000,00 € - em relação a dois mil e dez.

Se a isto se juntar o valor da transferência a operar por parte da Câmara Municipal, as vinte e uma freguesias passam a receber uma média de dezassete cêntimos por dia e por eleitor, o que diz bem da “miséria” financeira a que sucessivos Orçamentos de Estado estão a condenar as Juntas de Freguesia e os seus fregueses.

A Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital decide assim protestar contra estes “cortes” em Orçamento de Estado para o Município e para as Freguesias.

Ao mesmo tempo, reclama a quem de direito para que seja alterada esta prática da sucessiva redução das verbas em Orçamento de Estado, prática essa tão castigadora das Autarquias e dos Municípios.”

Terminada a apresentação da Moção, tomou a palavra o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves:

“Esta questão é recorrente. É hábito o representante da CDU apresentar aqui moções sucessivamente. Eu também já defendi aqui, há tempos, que as moções não têm eficácia absolutamente nenhuma. As moções são remetidas para os gabinetes que são referidos, são endereçadas aos adjuntos que, depois, lhe dão o caminho que a maior parte delas merecem. Temos que ter a consciência que não têm eficácia absolutamente nenhuma. Por outro lado, não há dúvida nenhuma que há um consenso na sociedade portuguesa, que é preciso mudar a forma como em Portugal se aumenta constantemente o *déficit*. É evidente que todos nos queixamos, todos aqueles que somos “cortados”. Eu também vou ser “cortado” e fortemente, como é evidente. E todos nós vamos ser “cortados” em termos de proveitos, ao fim do ano. Mas, pergunto eu qual é a utilidade desta moção, quando se sabe que nós não podemos continuar a aumentar, todos os anos, este *déficit* que temos. Há uma questão que eu ponho e que o PCP nunca foi capaz de responder: quem é que paga os oito ou dez por cento de dívida que nós temos, que nós contraímos todos os anos e que aumenta o *déficit* do Estado? Era bom que dissesse quem é que paga isso.”

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira pediu novamente a palavra



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a seguinte intervenção:

“Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves e não o incluo no que vou dizer a seguir. Note que estou a ser sincero e o Sr. sabe que estou a ser sincero. Isso não abona nada, nada, em favor dos governantes ignorarem aquilo que uma Assembleia Municipal delibera. Primeira questão: não abona nada. É perfeitamente anti-democrático e é uma prática totalitária. E ressalvo o seu posicionamento enquanto governante, que também o é.

Depois, nós só falamos da despesa. Agora, os chineses, que o Sr. Secretário de Estado não referiu aqui no dia sete de Outubro e devia ter referido, parece que vão comprar a dívida externa, um país totalitário. Quer dizer que os interesses de muita gente estão onde está o lucro, que é outra coisa diferente dos direitos humanos, de liberdades democráticas.

Mas o que vem para aqui chamado é que o PCP tem, sucessivamente, dito que, em vez da banca portuguesa pagar de IRC quatro e meio por cento, pagasse mais e se aproximasse mais da média europeia e daquilo que paga de impostos a banca europeia. O ano passado foram 4,5 % que a banca portuguesa pagou de I.R.C.. Pagam mais de I.R.C. os cafés do nosso País do que paga a banca.

Depois, os escândalos fiscais: o grupo do Partido Socialista na Assembleia impediu que fosse impedida à PT esse escândalo da antecipação dos dividendos e que custa ao País duzentos milhões de euros. E foi o PS que se opôs, votando contra na Assembleia da República, na semana passada, salvo erro. Mas não foi só a PT, embora nisso quem tenha ganho tenham sido as SGPS, as sociedades gestoras de participações sociais, aquelas empresas que cada *holding*, cada grupo económico, cria justamente para fugir aos impostos. Se isto não fosse permitido no nosso País...

Tenha essa coragem política de se atacar, pela primeira vez, os imensos privilégios dos muito poderosos e se deixe de ter a cobardia política de atacar as classes mais desfavorecidas, que é o que está acontecer neste momento no nosso País, por ação do PS, com a cumplicidade do PSD.”

Terminadas as intervenções sobre esta matéria, foi a proposta de Moção colocada à votação, tendo sido reprovada, com nove votos contra e dezoito abstenções.

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal Correia:

“Em relação aos eventos, penso que o Sr. Presidente se esqueceu da Feira do Porco e do Enchido pois, apesar de ser um evento a nível de freguesia. Mas penso que também é a nível de concelho. Mas sei que não o fez de propósito.

Havia aqui outra coisa que eu queria chamar a atenção: se tiverem que abrir valas para levar o emissário, a conduta de água que vai de Meruge a Nogueirinha, por deficiência técnica de fabrico comprovada, está a rebentar de cinco em cinco metros. Acho que devem ter isso em conta, se tiverem que abrir valas.

Outra coisa que eu queria falar: há dois ou três anos, quando a Associação dos Amigos de Meruge recebeu vinte e cinco mil euros para apoio à construção de um complexo desportivo, “caiu o Carmo e a Trindade” e toda a gente criticou, incluindo alguns órgãos de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunicação social que não se calavam. Agora, vejo aqui um complexo desportivo para Lagares da Beira, com duzentos e cinquenta mil euros mas eu não vou ter a mesma postura que essas pessoas tiveram. Penso que Lagares da Beira merece um complexo desportivo, tal como Meruge irá merecer, no futuro. O projecto está a ser revisto pois, se calhar, era um bocado ambicioso para a época em que estamos. Estamos a rever o projecto e, na devida altura, será apresentado a este Executivo. E não tenho dúvida nenhuma, pela postura do Sr. Presidente, que ele vai ter a mesma avaliação que os outros tiveram.

Quanto ao Orçamento, não tenho dúvidas nenhuma: vou aprovar este Orçamento. Tem aqui obras que já andamos há algum tempo a reclamar por elas, como é o caso do polidesportivo de Nogueirinha, o alcatroamento do Monte Ruivo e Vale da Cabra, e outras obras que também estão a decorrer. Também penso que a criação do Gabinete de Apoio às Freguesias veio dar uma grande ajuda aos Presidentes das Juntas. Penso que foi uma das boas medidas tomadas por este Executivo.”

Interveio, depois, o Sr. João José Esteves:

“Atendendo ao adiantado da hora, queria só que me explicassem o seguinte: no Orçamento, na Receita, se formos ver em diversas classificações económicas, em quase todas tem o capítulo “Outras”. Por exemplo, na classificação 04 tem aqui nos “Outros” setecentos e cinquenta mil euros, no 05 seiscentos e noventa mil euros, no 06 quinhentos e cinquenta mil euros, no 07 tem setecentos e cinquenta mil euros e mais trezentos mil euros. Só estas verbas ascendem a três milhões seiscentos e quarenta mil euros. Assim, queria que o Executivo me explicasse que género de receitas são estas, que não estão contempladas com nome mas sim com a designação “Outras”.

Tinha muitas outras considerações acerca do Orçamento que não vou fazer, devido ao adiantado da hora. Isto resume-se assim: em princípio concordo com o conteúdo do presente Orçamento para dois mil e onze mas tenho algumas dúvidas quanto à sua execução da maneira como vem explanado, pelo que o Grupo Parlamentar do PSD toma a seguinte posição:

Sendo que uma análise mais detalhada aos documentos previsionais para o próximo ano deste Município, fica, necessariamente, prejudicada pelo pouco tempo que existiu desde a remessa e chegada dos documentos de suporte e a realização desta reunião, irei de forma sucinta enunciar as razões que vão determinar o sentido de voto dos eleitos directos PPD / PSD:

1 – É de fácil constatação o considerável empolamento do Orçamento para 2011, não só em virtude dos valores totais executados ao longo dos últimos anos mas também pelo corte nas transferências de Orçamento de Estado para as autarquias locais, à semelhança do já sucedido em 2010, o que, aliado a uma fraca dinâmica de actividade económica, sempre condicionadora de eventual manutenção ou desejada subida de receitas próprias, vai tornar ainda menos expectável desta pretensão.

Recordamos o que foi dito nesta Assembleia, num passado recente, pela generalidade dos eleitos do PS, sobre o empolamento dos Orçamentos apresentados pelos executivos do PSD, apesar das explicações e argumentos sempre aduzidos e de um outro nível de receitas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2 - Em relação às Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2011/2014, com especial relevo para o próximo ano, não podemos deixar de expressar a nossa concordância com inúmeros projectos e acções que se encontram inscritos e que numa parte substancial transitam de anteriores mandatos – uns em fase de execução, outros para executar –, mas também de alguns projectos inscritos por este executivo PS.

Mas discordamos de inserção de outros, não porque somos contra o investimento “A” ou “B”, porque todos partimos do pressuposto que todo o investimento, material ou imaterial, desde que necessário, será benéfico para o Município, mas porque certamente seriam assumidas outras opções, considerando até a escassez de recursos financeiros com que nos debatemos actualmente e certamente vamos continuar a debater.

Essencialmente defendemos que não se justifica a duplicação de determinados investimentos preconizados nas GOP, a perspectiva de requalificação de determinadas infra-estruturas básicas, não integradas em operações integradas de requalificação urbanística, sem que previamente sejam colmatadas as lacunas ainda existentes em determinados aglomerados populacionais não servidos, bem como a dimensão financeira de determinados projectos que, na nossa opinião, e sem pôr em causa a bondade dos mesmos, devem claramente der adequados à “carteira” que temos.

Temos ainda que saber ler alguns sinais que são dados com os valores de dotação de determinados projectos ou acções, que julgamos claramente significar um adiamento no tempo, nalguns casos, eventualmente, para um tempo demasiado longo ou até para uma eventual não execução.

Mas em relação a esta matéria, só o futuro o confirmará.

Pelas razões enunciadas, iremos abster-nos na votação dos Documentos Previsionais do Município de Oliveira do Hospital para o próximo ano.”

Seguidamente, interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, Sr. Nuno Oliveira:

“Nunca é demais frisar o assunto que eu vou frisar e penso que começo a ficar farto da parte teórica porque, em termos práticos, até agora nada se fez e, sinceramente, tudo na vida tem limites.

Refiro-me a dois pontos dentro da mesma área em que num a justificação é sempre a mesma. E, desculpem-me, porque às vezes penso que só falando com outro tipo de palavras é que as pessoas tomam a noção mais credível das coisas: estou farto de ver pensos higiénicos nas ruas de Oliveira do Hospital. E, como tal, ou se resolve de vez o problema das papeleiras... Se há falta de civismo, se as pessoas não colaboram, acima de tudo está a higiene pública. Desculpem-me dizer isto mas é a realidade que se depara diariamente em Oliveira do Hospital e até agora ainda não se fez nada em prol desta situação. Se as pessoas não correspondem a pôr papel nas papeleiras mas a pôr lixo doméstico, então tirem as papeleiras ou arranjem uma alternativa para aquela situação.

Outro ponto é a questão dos ecopontos: o problema é sempre do Planalto Beirão. O Município é parceiro no Planalto Beirão, a Câmara tem a sua quota parte de investimento no Planalto Beirão e passa-se um ano em relação ao problema dos ecopontos. Não é só a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesia de Oliveira do Hospital mas de todas as freguesias. Passa-se um ano e ainda nenhuma solução foi arranjada para a questão dos ecopontos. É a quarta vez que trago aqui uma das situações e a outra é a terceira vez. Faço isto porque me custa pois, em termos de imagem da cidade... Tem que se arranjar uma alternativa para isso.”

Por fim, interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar as informações e esclarecimentos solicitados:

“Sem dúvida nenhuma que há uma coisa sobre a qual estamos todos de acordo: parece que este Executivo em permanência ia resolver, no próximo ano, os problemas todos do concelho. Isto não é possível e temos que ter a noção dos problemas que conseguimos resolver. E nós temos provado que temos dado o nosso melhor. Ainda temos um grande caminho a percorrer.

Quando me apresentei a sufrágio, apresentei-me com um programa, um programa ambicioso. E, se forem à minha secretária, esse programa está lá. Mas percebam o seguinte: não tragam demagogia a esta discussão política e eu já vou dizer porquê. A Dra. Luísa Vales retratou, numa frase, aquilo que é o meu sentimento: que as receitas municipais devem ser maximizadas. Isto é uma frase forte e é a interpretação que eu também tenho. Eu estou de acordo com o que o João Dinis em relação a estes cortes pois são injustos pois temos grandes problemas, há uma crise social e nós temos que ver os problemas das pessoas. Mas eu digo-vos aqui que, na minha liderança e do meu Executivo, as pessoas são mais importantes do que qualquer obra física.

Mas deixem-me dizer que achei estranha a declaração do PSD e do seu porta-voz por uma razão simples: achei que houve alguma falta de coragem porque não foram apontadas as obras que dizem que são contra. Porque eu sei que o PSD é contra a construção do Centro Escolar de Nogueira do Cravo, pois já foi referido quer os Srs. Vereadores quer a Presidente da Comissão Concelhia.

Dizer que algumas coisas estão empoladas, até em relação à rubrica “Outros”? Eu diria: os “Outros” são os “Outros” que vêm dos outros orçamentos. Eu sou um bom aluno e às vezes vou lá ver algumas coisas. Não é o primeiro Orçamento da Câmara que está empolado. Os outros estavam todos empolados. Mais empolados que este pois este até teve uma redução.

Mas perceba-se o seguinte: se o Grupo Parlamentar do PSD quer ajustar contas com o passado, com o que se passou, acho que não é este o caminho, até porque eu nunca tive essa postura. Sempre tive uma postura de verdade e de discussão e votei muitas vezes contra aquilo que votava o Partido Socialista. São contra que obras? Contra a requalificação do nosso Mercado e contra a Central de Camionagem?

O que é importante aqui é maximizar o nosso dinheiro e, para isso, é preciso ir buscar dinheiro do Quadro Comunitário. E também vos digo que não recebo lições de moral. Eu aprendo todos os dias. Mas tenho feito isso no quotidiano, à procura desse dinheiro. E por isso é que veio aquele dinheiro para as Cabeçadas, para o Seixo e para a Rua D. Manuel I.

Também é preciso dizer que há obras que vinham de trás. Mas lançámos obras. E até se demonstra que sou uma pessoa que tem gestão financeira. Por uma razão simples: tinham sido pedidos cinco milhões de euros, foram utilizados três e eu fui buscar dois, que coloquei a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

render.

A verdade é que essas obras que estão a decorrer – a estrada de Aldeia das Dez, a estrada de Nogueira do Cravo e a Biblioteca –, temos conseguido pagar tudo a horas sem mexer naquele dinheiro. Isto demonstra claramente que há aqui uma gestão financeira e que a Câmara está bem entregue nessa área.

Por isso, quero dizer que acho que aquelas obras que plasmei no documento são obras que eu acho que têm que se fazer.

O problema da ESTGOH é um problema dramático, como disse o Eng^o José Vasco. É um problema do concelho mas eu não estou muito disponível para gastar três milhões e meio de euros do nosso Orçamento. Aquilo que eu tenho que fazer é correr contra o tempo e arranjar uma linha de financiamento para que o nosso Município ponha lá uma parte mas que não seja a totalidade. Mas, se tivermos que lá pôr a totalidade... Também diria que o grupo da CDU, que não vê isto com bons olhos e que eu respeito, terá alguma razão porque será dinheiro que nos pode faltar para outras coisas nas nossas freguesias. Mas, o que é preciso é uma coisa que eu também faço e que é decisão política. E eu tenho que tomar decisões políticas e com uma determinada coerência.

Sobre o problema da água, queria responder ao João Dinis que houve, realmente, retroactivos a partir de um de Janeiro, feitos em Agosto, e que custaram a este Município mais quarenta mil euros.

Um dos grandes problemas deste concelho – seja quem fôr que cá esteja – é este do saneamento. E o João Dinis pôs o “dedo na ferida”. É o problema do custo da água. Aquilo que este ano estamos a pagar – e nós levamos cinquenta e três cêntimos no primeiro escalão – no documento de viabilidade financeira das Águas do Zêzere e Côa, estava previsto para ser pago no ano dois mil e vinte e sete. Estamos em dois mil e dez e já estamos a pagar valores previstos para dois mil e vinte e sete. E não tenho dúvidas que, quando todas as E.T.A.R.’s estiverem prontas, é uma desgraça completa.

Achando injusto, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital foi a única que pagou retroactivos. E há Câmaras, que até têm grandes políticos à frente e que devem às Águas do Zêzere quatro milhões de euros. Mas, apesar de não concordar com ela, eu até paguei esta retroactividade. As Águas do Zêzere, agora, apresentaram um planeamento para todas as Câmaras pagarem em dez prestações.

Por isso, estou muito preocupado com este problema da água. Como eu disse, já há uma diferença de quinhentos mil euros mas vai aumentar muito mais, não há dúvidas nenhuma.

Sobre os problemas de saneamento, eu sou completamente sensível, é uma prioridade e faremos até onde pudermos e até onde tivermos dinheiro. é um compromisso claro convosco.

Mas este ano tivemos que devolver dinheiro de uns caminhos e apoiámos também a Junta de Aldeia das Dez que também teve que devolver algum dinheiro, e ninguém fez alarde disto. Esta Câmara Municipal teve já alguns cortes este ano. Mas temos tido uma boa gestão. Acusaram-nos um bocado de fazermos muitos eventos. As outras forças têm legitimidade



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para não concordarem connosco e isso é que é democracia.

No Vale do Mondego há uma coisa gira: pela primeira vez licenciei um parque de campismo para o Vale do Mondego, para baixo das Seixas.

Sobre a praia fluvial de Alvôco das Várzeas, penso que não devemos desperdiçar a oportunidade do Polis dos Rios de Montanha que estamos à espera que abra. Uma das questões é que, se os projectos estiverem adjudicados, somos mais pontuados.

Eu tenho uma noção clara do que é trabalhar em equipa porque, como sabem, fui treinador de futebol. Eu também tenho uma equipa, com quem discuto e com quem dialogo. E é uma equipa de trabalho e eu sou o líder.

Outra coisa que também é importante é referir, sobre a solidariedade e acção social: houve uma descida porque houve alguns dinheiros do Centro de Dia de São Gião e de outros que saíram. Por isso é que há uma descida acentuada. Mas não foi cortado nada no apoio às pessoas.

Sobre o Lar de Idosos, quero dar os parabéns ao Sr. Santos porque fiquei contente. Isto é um sinal da participação das pessoas na discussão e no debate. Continuo a pensar o que pensava anteriormente ou seja, Oliveira do Hospital, no seu passado, quando os lares tiveram financiamento, perdeu uma oportunidade única de percorrer aquele caminho que eu estou a percorrer agora. Na sequência de uma fiscalização da Segurança Social, o Lar de Idosos de Avô vai receber os nossos utentes. Este foi um processo que teve que ser desenvolvido muito de repente porque os acordos estavam irregularmente cedidos a Oliveira do Hospital pois não podia haver duplo financiamento, pelo que foram retirados. Pensei então em a própria população criar uma IPSS, tentarmos uma linha de financiamento e a Câmara ceder-lhe o imóvel por cem anos, tal como fez no Ervedal. Isto por uma razão simples: a Câmara Municipal não tem vocação para administrar lares. Mas, se perguntarem se ainda há espaço para aquele lar, eu digo que há. Havemos de trabalhar em conjunto, assim como em Lagos.”

Seguidamente, a Mesa colocou à votação as propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 2011/2014 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2011, a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2008, de 03 de Setembro, e nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanham a proposta de Orçamento, tendo sido aprovadas por maioria, com dez abstenções.

O Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira pediu ainda a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Os quarenta mil euros de retroactivos que o Município está a pagar pela água foi objecto de decisão da Sra. Ministra do Ambiente, que já não está aqui neste momento. Portanto, também lhe devemos “agradecer” mais esta situação.

Permitam-me ainda uma sugestão: a questão das Águas do Zêzere e Côa é de tal maneira importante, estratégica e controversa que eu tomo a liberdade de sugerir que, na Assembleia de Fevereiro, possa haver um ponto específico para se discutir esta situação, face



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL ASSEMBLEIA MUNICIPAL

até às informações que deu o Sr. Presidente da Câmara.

Depois, um desabafo: como é que é possível que vinte e um Presidentes de Juntas de Freguesia estejam satisfeitos – ou aparentemente – com nove cêntimos por dia por eleitor, que recebem do Orçamento de Estado? E como é que vinte e um Presidentes de Juntas de Freguesia podem estar satisfeitos com um corte de sessenta mil euros para dois mil e onze, que se soma a cortes em, pelo menos, quatro anos anteriores.

Quando os Presidentes das Juntas se convencerem que eles, se quiserem, governantes e não só “piam mais fininho”... É perfeitamente possível. Basta que se convençam disso e queiram actuar em conformidade.

Voto favoravelmente o “Plano e Orçamento” de dois mil e onze da Câmara Municipal, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira e em consequência da obra específica que inicia dotação em dois mil e onze e com verba definida, e isto mesmo sem a comparar com outras verbas atribuídas a freguesias vizinhas.

Espero agora que essa obra se inicie e execute durante o próximo ano.

Enquanto munícipe, todavia, já aqui enunciei uma série de questões de que divirjo em matéria de acções e omissões deste “Plano de Orçamento” para dois mil e onze.”

Terminada esta intervenção, o Sr. João Esteves pediu a palavra para o seguinte esclarecimento:

“O Sr. Presidente da Câmara acusou o PSD de coisas que não foram ditas na minha intervenção. Eu disse que concordava com o conteúdo do presente Orçamento. Isso há-de ser revelado em acta. E, na declaração que eu apresentei, diz claramente *“Em relação às Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2011/2014, com especial relevo para o próximo ano, não podemos deixar de expressar a nossa concordância com inúmeros projectos e acções que se encontram inscritos”*. Portanto, aqui não há nada que diga que nós não concordamos com a proposta A, B ou C que o Executivo está a apresentar.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente acta em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo a mesma aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo vinte e uma horas, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____ Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____